



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

VALNEI NUNES

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UM
ESTUDO A PARTIR DO IFC/CAMPUS BRUSQUE.

Blumenau

2020

VALNEI NUNES

**INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UM
ESTUDO A PARTIR DO IFC/CAMPUS BRUSQUE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Eduardo Augusto Werneck Ribeiro.

Blumenau

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 18535/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.005727/2020-18

Blumenau-SC, 28 de setembro de 2020.

	<p>INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE</p> <p>Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008</p> <p>PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</p>	
--	---	--

VALNEI NUNES

**INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS INSTITUTO FEDERAIS: UM ESTUDO A
PARTIR DO IFC/CAMPUS BRUSQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de setembro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Leandro Rafael Pinto

Instituto Federal do Paraná

Prof^ª. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 06/10/2020 16:01)
EDUARDO AUGUSTO WERNECK RIBEIRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
AAEI/REI (11.01.18.00.35)
Matricula: 2109010

(Assinado digitalmente em 28/09/2020 15:08)
JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PRODIN/REI (11.01.18.74)
Matricula: 1811291

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
18535, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **28/09/2020** e o código de verificação:
dbca0478f4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 18534/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.005726/2020-65

Blumenau-SC, 28 de setembro de 2020.

	<p>INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE</p> <p>Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008</p> <p>PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</p>	
--	---	--

VALNEI NUNES

**MANUAL DE OPERAÇÃO TÉCNICA: MATRIZ DE INDICADORES SOCIAIS E
ECONÔMICOS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de setembro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Leandro Rafael Pinto

Instituto Federal do Paraná

Prof^ª. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 06/10/2020 16:01)
EDUARDO AUGUSTO WERNECK RIBEIRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
AAEI/REI (11.01.18.00.35)
Matricula: 2109010

(Assinado digitalmente em 28/09/2020 15:08)
JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PRODIN/REI (11.01.18.74)
Matricula: 1811291

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
18534, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **28/09/2020** e o código de verificação:
973f164df3

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que direta e indiretamente colaboraram para a realização desta pesquisa, em especial à minha esposa e filhos pela compreensão nas ausências requeridas; ao compadre, amigo/irmão Marcelo; ao orientador professor Dr. Eduardo pela orientação pautada na autonomia e protagonismo concedido na realização deste trabalho.

Em retribuição às palavras do colega de mestrado, o poeta Glauber, pelas horas de “escutatória” e Vinícius na avaliação deste Produto.

Estende-se o agradecimento aos colegas que participaram da avaliação do Produto Educacional, os Professores Eder, Júlio, ao Diretor do DAP Fábio. Aos integrantes da banca de defesa da pesquisa e validação do Manual de Operação Técnica, professora Dra. Jamile e ao professor Dr. Leandro.

“A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudanças.”. (Betinho).

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, associada a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Tem como temática os indicadores sociais e econômicos, como instrumento no processo (re) conhecimento do contexto de atuação de um campus do Instituto Federal. Com base nas reflexões realizadas nesta pesquisa em relação às proximidades e distanciamentos de um campus, no que se refere ao seu compromisso legal, busca-se responder em que medida os indicadores sociais e econômicos contribuem para a gestão na tomada de decisão. A partir das finalidades dos Institutos Federais, segundo a Lei 11.892/2008, compreende-se que um campus assume o compromisso de contribuir com sua área de abrangência. Questão esta que reclama, entre outros aspectos, no (re) conhecimento constante dos Arranjos Produtivos, Sociais Culturais Locais, sendo o mapeamento das potencialidades socioeconômicas e culturais da realidade, fator indispensável a ser observado, seja no percurso de implantação e implementação de um campus do IF, quanto no processo de (re) avaliação contínua de suas ofertas. Nesta direção, surge a propositura do Produto Educacional intitulado Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos. Entre outros fatores, este Produto se apresenta como um recurso aos gestores de um campus, capaz de contribuir com a identificação de indicadores socioeconômicos, no âmbito da proposição de cursos, projetos e ações de Pesquisa e Extensão, a partir do olhar sobre sua área de abrangência. A presente pesquisa, quanto à sua abordagem, caracterizou-se por qualitativa e quantitativa; de natureza aplicada; quanto aos seus objetivos, exploratória e descritiva; e, bibliográfico/documental e pesquisa de campo em relação aos seus procedimentos. Sobre os resultados obtidos, destaca-se a lacuna existente na definição sobre a área de abrangência de um campus, isto é, da delimitação dos olhares e recortes socioespaciais de sua atuação. Somam-se a este aspecto, a reafirmação da importância do reconhecimento dos indicadores, capazes de informar aspectos da realidade, suas necessidades e potencialidades; mas, sobretudo, de forma desagregada por municípios, quanto em sua série histórica; a necessidade de um banco de dados com vistas a disponibilizar os indicadores, sem a necessidade de se recorrer frequentemente às fontes oficiais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Institutos Federais; Indicadores Sociais e Econômicos.

ABSTRACT

This research is linked to the Graduate Program in Professional and Technological Education, associated with the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education. Its theme is social and economic indicators, as an instrument in the process (re) knowledge of the context of action of a campus of the Federal Institute. Based on the reflections carried out in this research in relation to the proximities and distances of a campus, with regard to its legal commitment, it seeks to answer to what extent social and economic indicators contribute to management in decision making. Based on the purposes of the Federal Institutes, according to Law 11.892/2008, it is understood that a campus is committed to contributing to its area of coverage. This issue claims, among other aspects, in the (re) constant knowledge of the Local Cultural And Productive Arrangements, and the mapping of the socioeconomic and cultural potentialities of reality is an indispensable factor to be observed, either in the route of implementation and implementation of an IF campus, or in the process of (re) continuous evaluation of its offerings. In this direction, the educational product is proposed entitled Technical Operation Manual of the Matrix of Social and Economic Indicators. Among other factors, this Product presents itself as a resource to the managers of a campus, capable of contributing to the identification of socioeconomic indicators, within the scope of the proposition of courses, projects and actions of Research and Extension, from the look on its area of coverage. The present research, regarding its approach, was characterized by qualitative and quantitative; of an applied nature; objectives, exploratory and descriptive; and bibliographic/documentary and field research in relation to their procedures. On the results obtained, we highlight the gap in the definition of the area of coverage of a campus, that is, the delimitation of the socio-spatial perspectives and clippings of its performance. Added to this aspect are the reaffirmation of the importance of recognizing indicators, capable of informing aspects of reality, their needs and potentialities; but, above all, in a way disaggregated by municipalities, as in their historical series; the need for a database to make indicators available, without the need to make use of official sources frequently.

Keywords: Professional Education; Federal Institutes; Social and Economic Indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa identificando os campus do IFC em Santa Catarina	25
Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFC/Campus Brusque.....	27
Quadro 2 – Exemplo da Matriz.....	30
Tabela 1 – População total 2000-2010 e Variação.....	42
Gráfico 1 – Distribuição espacial da população (2010)	43
Tabela 2 – Participação dos setores da economia na formação do PIB e Variação.....	44
Quadro 3 – APLs da Região Geográfica Imediata de Brusque	45
Gráfico 2 – Distribuição da população ocupada segundo CNAE (2018).....	46
Gráfico 3 – Aproximação da PO com os cursos ofertados.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	– Arranjos Produtivos Locais
APSCLs	– Arranjos Produtivos, Sociais, Culturais Locais
CAGED	– Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	– Classificação Brasileira de Ocupações
CF	– Constituição Federal
CNAE	– Cadastro Nacional das Atividades Econômicas
DATASUS	– Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EP	– Educação Profissional
EPT	– Educação Profissional e Tecnológica
FIC	– Formação Inicial e Continuada
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	– Instituto Federal
IFC	– Instituto Federal Catarinense
IFECT	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	– Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
ONGs	– Organizações Não Governamentais
P.O.	– Pessoa Ocupado
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	– Produto Interno Bruto
PPCs	– Projetos Pedagógico Curriculares
ProfEPT	– Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
RFEPCT	– Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SC	– Santa Catarina
SINE	– Serviço Nacional de Empregos
VAF	– Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 CONTEXTOS EPT	21
2.2 IFC/CAMPUS BRUSQUE.....	26
2.3 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES NA TOMADA DE DECISÃO	29
3. METODOLOGIA	32
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	35
4.1 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	42
5 (IN) CONCLUSÕES	49
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA MEAPEAMENTO DA REDE	56
APÊNDICE B – MANUAL DE OPERAÇÃO TÉCNICA DA MATRIZ DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS	57

APRESENTAÇÃO

Este relatório trata do resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC), polo Campus Blumenau (SC). A temática que baliza a discussão tem referência ao uso de indicadores sociais e econômicos como instrumento que pode contribuir com maior grau de efetividade na construção planejada e estratégica dos Planos de Desenvolvimento Institucional, entendidos como uma das ferramentas de gestão institucional.

Neste sentido, em que medida os indicadores sociais e econômicos podem ser úteis para aos gestores de um campus ou de uma instituição? Apreende-se, no presente trabalho, que estes podem contribuir com a caracterização de uma dada região, permitindo identificar questões prioritárias, logo, com proposições de ações com vistas a mitigar fragilidades e/ou fortalecer potencialidades. Nesta direção, há maior proximidade entre a oferta institucional com a demanda regional.

É preciso evidenciar ainda que o presente estudo se restringe à demonstração do uso de indicadores sociais e econômicos (com suas limitações) como contributo a identificação e definição de prioridades no processo de planejamento de um campus.

Assim, este trabalho resulta de um esforço teórico em meio a muitos desafios, sobretudo por ter adentrado em alguns temas complexos. Porém, o resultado do exercício dessa escrita, ainda que muitas vezes como organização de ideias e pensamentos, é o momento de traduzir, em certa medida, a compreensão e entendimento das coisas. Portanto, neste esforço de ler e escrever, entre o que se lê e se escreve, entre o que se escreve daquilo que se lê, trata-se de um momento de síntese do apreendido neste percurso formativo.

Como sujeito pronunciante mediado pela escrita, na tentativa de esclarecer algumas das motivações que contribuíram para a escolha do tema de pesquisa, apresento um breve relato da minha trajetória formativa e profissional, de um período recente que antecede a inserção no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O interesse pelo programa nasce e se intensifica por conta do meu exercício profissional no campo profissional da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente em função de exercer o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Porém, antes mesmo de iniciar as atividades como servidor no Instituto Federal (IF), estabeleço uma primeira aproximação com a política de criação e de

expansão dos Institutos Federais (IFs). É neste momento que inicio algumas leituras em torno da EPT que veio a se intensificar em 2012/2013 quando objetivo ingressar na instituição como servidor. Em janeiro de 2014, início as atividades como servidor em um campus da rede que compõe os Institutos Federais, e com elas, os primeiros questionamentos: *afinal, qual é mesmo o ofício dos IFs? Atendem as prerrogativas pelas quais foram criados?* Embora diversas indagações neste sentido apareçam em estudos em torno da EPT, o lugar ocupado e minhas vivências na instituição me faziam, e ainda me fazem retomá-las e ampliá-las.

A essas motivações/indagações, soma-se minha imersão nos estudos iniciais das Unidades Curriculares do ProfEPT, que, de um lado contribuíram para problematizar algumas das questões já existentes no plano da vivência profissional, e por outro me fizeram aprofundá-las quando da participação nas aulas, debates e leituras.

A escolha da temática desta pesquisa é ainda fruto inicialmente da inquietação oriunda das finalidades/objetivos dos Institutos Federais (IFs) definida pela Lei n.º 11.892/2008 e da missão do Instituto Federal Catarinense (IFC), que nos termos do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) visa “proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional”. Tal inquietação coadjuvou na busca pela simetria entre o preconizado e o contexto socioeconômico que um campus está inserido, demandando assim, peculiar (re) conhecimento ¹ da realidade local/regional a que tal unidade de ensino tem influência. Neste sentido, que possa contribuir para a compreensão e atuação frente aos desafios, problemas contemporâneos que se apresentam na realidade.

O aludido (re) conhecimento, conforme aponta a literatura especializada em planejamento institucional, tem na caracterização/descrição de um recorte espacial seu ponto de partida, a qual é resultado de um Estudo de Situação por meio de indicadores sociais e econômicos. Por sua vez, há uma variedade de dados e indicadores produzidos por institutos de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Educação (MEC), entre outros, que às vezes, se apresentam como laboriosos para identificação.

Assim, nasce a propositura da construção de uma Matriz de indicadores sociais e econômicos que possa contribuir para o processo de (re) conhecimento de uma dada realidade socioespacial. Ainda que brevemente, esta empreitada reclamou o também (re) conhecimento

¹ Ao logo deste Relatório, recorre-se a expressões como “(re) conhecimento” buscando dar ênfase ao sentido da palavra, ou seja, neste caso, expressando a ideia de ir além do conhecer, é necessário reconhecer.

da instituição demandatária da ação, no caso, o Instituto Federal Catarinense (IFC), perpassando, também, por alguns aspectos ideológicos presentes no percurso da Educação Profissional no Brasil, suas dualidades, concernentes à política pública, legislação, entre outros.

Desta forma, o presente relatório apresenta a seguinte estrutura: Introdução buscando evidenciar a justificativa e relevância da pesquisa, a definição do problema, e os objetivos gerais e específicos.

Uma segunda seção com três partes, sendo que a primeira parte aborda algumas concepções em torno do debate sobre aspectos teórico-conceituais que balizam a historicidade da Educação Profissional (EP) e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) até a promulgação da Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com isso, aproxima-se neste momento com a complexidade que nos remete esta área de estudo bem como com os objetivos que se busca com a presente pesquisa. Para tal, discorre-se sobre a Educação profissional, Educação Profissional Tecnológica, com suas simetrias e assimetrias ao longo da história no contexto do Brasil, marcadas por processos de rupturas, descontinuidades.

A segunda parte aborda os efeitos do debate acima mencionado, reverberando na implantação do IFC/Campus Brusque, localizado no Estado de Santa Catarina, aqui eleito como recorte espacial da pesquisa realizada. Por esta razão, um breve histórico do processo de implantação e expansão do campus. Atenta-se para suas áreas de atuação acadêmica e cursos já ofertados, no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, que, conforme o preconizado na missão do IFC trata-se em sua oferta atuar neste tripé.

Já na terceira parte da segunda seção, recorre-se a um breve debate conceitual sobre Indicadores e a Matriz, seus fundamentos teóricos, e exemplos de informações parciais compilados de banco de dados diversos em relação à Região da sede do IFC/Campus Brusque. Com este exercício, buscou-se demonstrar sua aplicabilidade e ao mesmo tempo o processo de coleta e sistematização de dados.

A terceira seção apresenta a metodologia e a quarta os resultados da pesquisa, evidenciando a relação entre os resultados que os indicadores apontam com os projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta relação evidencia as demandas identificadas com o processo de conhecimento da realidade local a partir do recorte espacial. Com vistas ao conhecimento dos dados coletados e organizados da Região Imediata de Brusque, encontram-se disponíveis

no link constante em nota de rodapé².

Por fim, apresenta-se a chamada (In) Conclusões, destacando os principais aprendizados decorrentes deste processo e sugestões para pesquisas futuras. Incluem-se dois Apêndices: o Apêndice A que traz o formulário encaminhado para a identificação da Rede e o Apêndice B com o Manual de Operação Técnica da Matriz.

Cabe ainda destacar que os indicadores sociais e econômicos têm olhares de diversas perspectivas ao longo da história e nas ciências, portanto, é preciso a observância em seu uso, certa cautela, pois em si não pretende responder ou desvelar a realidade, mas um contributo para com o seu (re) conhecimento, ou seja, um caminho para buscar identificar algumas situações-chaves a serem melhores exploradas.

Assim, pretende-se contribuir para que os Institutos Federais, bem como outras instituições de ensino, possam ampliar seu processo de planejamento, tendo como contributo os indicadores sociais e econômicos, que nem sempre são partes constitutivas do processo de planejamento e avaliação de políticas públicas.

² <https://drive.google.com/file/d/1AzXY2LHEmRDtAW-sAtWhNiOYYIFXLFU/view?usp=sharing>.

1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais, orientada para oferta de educação profissional, traz em seu Art. 2º que estes se caracterizam por instituições de ensino superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Neste sentido, em relação a sua oferta, são especializados em educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino. Soma-se a isso, sua autonomia em criar e extinguir cursos, em conformidade ao mencionado no inciso 3º do respectivo artigo, desde que em acordo com o com as características e finalidades do IFs, preconizadas no artigo 6º da respectiva Lei. Isto é, proposta esta que demanda uma educação profissional que atenda as especificidades da região que atua.

A missão do Instituto Federal Catarinense (IFC), segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2014-2018) é “Proporcionar educação profissional atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadão, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional”. Tal missão está em consonância com as finalidades da Lei de criação dos Institutos Federais³, em especial no que se refere ao Inciso IV do Art. 6º da Lei o qual preconiza uma das finalidades, ou seja, “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;”.

Considerando a referida missão e preconizado na Lei dos Institutos Federais, parte-se da apreensão que cabe aos IFs, de um lado proporciona a oferta de educação profissional atuando com base no tripé Ensino/Pesquisa/Extensão, por outro lado, tal oferta deve ter o compromisso com a formação cidadã, inclusão social, inovação e o desenvolvimento regional. O que leva exigir uma relação dialética entre a sua oferta e seu compromisso, da proximidade e/ou distanciamento destes.

A esta questão, a literatura corrente indica certa relação, bem como distorções, em especial na relação educação profissional e o desenvolvimento regional. Críticas para além da reinstitucionalização da educação profissional e tecnológica, Costa e Marinho (2018), advertem sobre o fato de ser próprio de sociedades de classe. Assim, evidenciando os projetos societários

³ Lei Federal n.º 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

em curso, é necessário buscar, nos termos de Gandin (2012), a intersecção entre a realidade existente e a realidade desejada.

A partir dos estudos que indicam a proximidade e distanciamento entre os elementos recortados (oferta/compromisso) constituintes da missão dos IFs, tem-se uma segunda questão: como diminuir a distância existente entre estes (caso exista)? A esta questão, recorreu-se a estudos realizados por Mascarenhas (2005) e a Jannuzzi (2009), os quais contribuem sinalizando sobre os indicadores sociais como instrumento de gestão. No caso do presente estudo, o uso dos referidos indicadores para o processo de (re) conhecimento da realidade local/regional de um campus do IF têm-se a possibilidade de identificação de estratégias visando maior estreitamento entre a oferta e seu compromisso.

Assim, a pesquisa teve como objetivo inicial a elaboração de uma Matriz com base em indicadores sociais e econômicos que contribua na definição de prioridade na atuação dos *campi* dos Institutos Federais. Nesta propositura, pretendeu-se que a Matriz fosse por si só autoexplicativa. Entretanto, no momento da qualificação do projeto apreendeu-se a necessidade de inclusão de outros elementos com vistas a cumprir com sua finalidade, e, somada às exigências do Programa, optou-se pela elaboração do Manual de Operação Técnica da referida Matriz, constituindo assim o objetivo geral desta pesquisa.

Em termos de objetivos específicos, foram: a) mapear os atores sociais dos territórios: Institutos Federais, associações comerciais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos patronal e dos trabalhadores, poder público municipal estadual, universidades; b) identificar Indicadores Oficiais que subsidiem a descrição da realidade social e econômica local/regional; c) analisar os documentos administrativos que constituíram as definições das ofertas de cursos no IFC/Campus Brusque; d) analisar os indicadores e descrever a realidade local/regional, bem como a sua aplicabilidade (indicadores) em conformidade às finalidades e características institucionais; e) apresentar uma proposta de Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos.

Quanto aos objetivos específicos, ao mesmo tempo em que constituíram em meios para se alcançar o objetivo geral, também contribuíram para a construção do traçado metodológico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTOS EPT

Quando se estuda a trajetória da historicidade da educação profissional brasileira, consta-se que a Educação Profissional (EP), Educação Profissional Tecnológica (EPT) se constituíram e ainda se constitui, de concepções diversas, mediadas por contradições e determinações no curso de sua expansão. Isto é, relaciona-se com disputas/conflitos no campo político, social, econômico e cultural, que se modificam e se alteram conforme o seu contexto de origem. É neste sentido que, ao evidenciar seu caráter assistencialista e compensatório, Azevedo e Coan (2013), apresentam em seus estudos sobre o Ensino Profissional no Brasil, que a EP no Brasil acabou por manter-se sobre a égide do controle e disciplinamento das camadas populares. Disciplinamento este que, nos termos de Kuenzer (2008), implica em subjetividades disciplinadas, preocupados em manter a ordem vigente bem como legitimar a estrutura social em curso.

Frente a este processo de legitimação da estrutura social, a partir de um recorte do movimento industrial (1889-1930) e suas mudanças requeridas no âmbito socioeconômico, do sistema educacional/educação profissional, é que se tenciona para o surgimento de um processo denominado de qualificação profissional. Um período que, conforme os apontamentos de Manfredi (2016, p. 60), dispõe-se de um ensino profissional como fator estratégico, sobretudo no campo ideológico de um ensino como “instrumento de emancipação econômica, social e política”. É neste contexto, ainda segundo Manfredi (2016), que Nilo Peçanha com o Decreto n.º 787/1906 inicia o ensino técnico no Brasil com a implementação de algumas escolas profissionais de ensino de ofícios e aprendizagem agrícola, e que com o Decreto nº 7.566/1909 sob sua presidência, iniciou a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. No contexto do Decreto de 1906, tem-se a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, enquanto no Decreto de 1909, a criação das escolas de aprendizes artífices, servindo os setores da produção. Portanto, no entendimento de Kuenzer (2008) mais uma vez a educação profissional permanece em seu caráter assistencialista, de um lado atrelada ao controle e disciplinamento dos indivíduos, e do outro em torná-los mais produtivos frente às exigências do mercado de trabalho em expansão.

De acordo com Manfredi (2016), é com a constituição de 1937 que o ensino profissional, técnico e industrial passa a ser tratado originalmente, e que com a assinatura da Lei de nº 378

de 13 de janeiro de 1937, transformam-se as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

A partir do contexto da organização do ensino no país em cursos, ramos, ciclos e graus, com a Reforma Capanema em 1941⁴ e, com a promulgação da Lei de nº 4.024/1961⁵, ainda de acordo com as análises de Kuenzer (2005), não se altera a concepção em torno de um tipo de educação para elite e outra para os trabalhadores, uma educação profissional desassociada de uma educação de cunho acadêmico e propedêutico. Mantêm-se práticas escolares dualistas, isto é, de um lado a existência de um viés acadêmico-generalista, e de outro, a educação profissional atrelado ao aprendizado do ofício. Já sob o contexto trazido pela Lei 5.692/71⁶, segundo a compreensão de Kuenzer (2005) e Manfredi (2016), estes autores avaliam que sem condições práticas de atender a articulação entre formação geral e profissional, de generalização da profissionalização no ensino médio, a respectiva lei além de não se efetivar sofre posteriormente diversas modificações.

A partir da compreensão destes breves recortes em torno da constituição da historicidade da Educação Profissional no Brasil, quando se reflete sobre o período de redemocratização política do país no final dos anos de 1980 e início de 1990, verifica-se que este momento impõem-se novas determinações no contexto da Educação Profissional. Isto é, é a partir das lutas da sociedade civil na defesa da democratização da educação, da educação dos trabalhadores, que conforme aponta Frigotto (2018) acerca das disputas em torno de um projeto societário e de desenvolvimento, que ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei nº 9.394/96 (LDB/96)⁷. Inicia-se uma nova política da educação profissional, instituindo-se as bases para uma reforma do ensino profissional, que segundo Manfredi (2016, p. 87) tratou “de um movimento que deu condições, em fases subsequentes, para a criação de uma nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil”. Ainda que mesmo sob as condições de projetos societários antagônicos dos atores envolvidos, busca-se neste momento pela materialização de uma formação profissional integrada à formação geral e de uma educação básica e tecnológica.

4 A educação passa a ser organizado por Leis Orgânicas, período que se acentua a tradição do ensino secundário, acadêmico e propedêutico no âmbito educacional. Posteriormente, em 1942, ocorre a transformação das escolas de Artífices e Artesãos em Escolas Industriais Técnicas, vinculando a oferta de formação profissional equivalente ao secundário, da educação profissional aos cursos da educação escolar geral.

5 Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Escolar, que tratou da integração do ensino profissional ao sistema regular de ensino.

6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que demandou a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, buscando equipará-lo com os cursos técnicos, de preparação para o mercado de trabalho.

7 Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No que concerne aos princípios fundamentais trazidos pela Constituição (Brasil, 1988), conforme o Art.1 e Art. 3, inciso III, “direito à cidadania, da dignidade da pessoa e os valores sociais do trabalho”, constituem-se como objetivos da República Federativa do Brasil, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” Já o Art. 205 traz a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O projeto educacional então em discussão assume um papel central na nova Constituição, do direito à cidadania, à educação básica e universal de qualidade.

Portanto, com a promulgação da LDB/96, conforme nos afirma Ramos (2010, p.42), esta “apresenta o acesso à educação profissional como um direito”. Entretanto, embora esta Lei situasse a educação profissional como direito, segundo as análises de Simões (2010, p. 114) ela “[...] marca a modalidade da educação profissional como atividade excluída da educação escolar (educação básica e educação superior)”. E que, com o Decreto de nº 2.208/97⁸, acabou-se por desvincular o ensino médio e técnico, desobrigando aos sistemas de ensino a responsabilidade de sua oferta.

Entretanto, neste contexto de avanços e retrocessos, na esteira dos projetos societários em disputas, posteriormente ocorreram mudanças no âmbito da educação, sobretudo no seio da Educação Profissional, ampliando os debates e sua efetivação como direito social. Este processo de mudança resultou, entre outros fatores, no interesse de se repensar, redirecionar a política de Educação Profissional e Tecnológica no país, que segundo Manfredi (2016, p. 248) implicou no “esforço de aproximar as políticas educacionais com as políticas de desenvolvimento socioeconômicas voltadas para a redução da exclusão econômica e social.”.

Com o Decreto nº 5.154/2004⁹, na busca de superar a dicotomia entre a oferta de cultura geral e técnica, de integração da formação básica e formação específica (profissional), trouxe a possibilidade de uma educação profissional inteiramente integrada à organização da educação nacional, em articulação às políticas de desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda. Que segundo nos aponta Ramos (2010, p. 51), “destacou-se a necessidade de a educação profissional observar a estrutura sócio- ocupacional e tecnológica da economia e articular esforços das áreas de educação, do trabalho, e da ciência e tecnologia”.

8 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

9 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, revogando o Decreto nº 2.208/97.

Portanto, a partir de diferentes frentes em prol de um movimento de ampliação da Rede Federal de Educação Federal, a exemplo da reflexão em torno de uma concepção mais ampla de educação (profissional), é que se insere a política de criação dos Institutos Federais de Educação (IFs), configurando-se a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Segundo Frigotto (2010), quando analisa a política pública que representa os IFs, estes se apresentaram como uma necessidade seja pela busca de ampliação da integração entre educação geral e profissional, quanto para atender diversos interesses e setores da sociedade brasileira.

Neste sentido, quando se analisa a institucionalização dos IFs como política afirmativa de EPT, consta-te que estes Institutos assumem um papel estratégico na organização e estruturação das políticas públicas nas regiões que atuam. Que conforme nos aponta um dos mentores deste processo de institucionalização dos IFs, quando trata do compromisso Institucional e espaço a ocupar destes Institutos, Professor Elizier Pacheco afirma que,

o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. [...] Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a Constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações do ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais se constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional (PACHECO, 2010, p.13).

Assim, em um movimento endógeno, os IFs assumem o compromisso com a inclusão social, neste sentido, passa a ser compreendido como instrumento de Política Social, como Política Pública. Portanto, pensar a ampliação e efetivação da EPT à luz dos IFs, implica que se (re) pense permanentemente a atuação destes Institutos frente aos desafios que se impõe nos espaços de sua materialização, na perspectiva plena do exercício da cidadania. Afinal, se o que constitui uma das finalidades dos IFs é sua atuação enquanto constructo da cidadania torna-se indispensável seu diálogo próximo e vivo com a realidade, do que existe de universal nessa realidade, conforme nos aponta Pacheco (2010). Dai a necessidade de compreensão dos problemas contemporâneos que se apresentam nos territórios de sua abrangência.

Dentre outros fatores, em consonância aos pressupostos que orientam e normatizam o processo de interiorização e operacionalização da expansão da Rede Federal de Educação a partir da criação dos IFs, ampliando o diálogo com a realidade até então já atendida pela oferta de Educação Profissional, é que o Instituto Federal Catarinense (IFC) foi criado. De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI /2019-2023) “teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de

Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.” Atualmente, formados por 15 *campi* (Multicampi), distribuídos em diversos municípios do Estado de Santa Catarina, além de uma Reitoria que se encontra localizada na cidade de Blumenau-SC.

Figura 1 – Mapa identificando os *campi* do IFC em Santa Catarina.



Fonte: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>

A matriz institucional que representa a criação dos IFs, somada a missão do IFC, balizam os princípios filosóficos e pedagógicos do seu trabalho educacional. É nestas circunstâncias de sua trajetória formativa, em atendimento ao preconizado pela lei dos IFs, que busca atender a integração das demandas sociais alinhadas aos arranjos produtivos locais e regionais, na oferta de cursos da educação profissional e tecnológica, de qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação *lato e strictu sensu*.

Portanto, a partir da estrutura *Multicampi* e autônoma que caracteriza os IFs enquanto Rede, do seu compromisso com a abrangência de suas ações em atendimento ao processo de interiorização da rede, é que se instituem os *Campi* no âmbito do IFC.

2.2 IFC/CAMPUS BRUSQUE

A partir dos dados disponíveis nos sítios eletrônicos do IFC, o processo de consolidação do projeto de implantação do IFC Campus Brusque tem início com a doação de terreno de 20mil m² pela Prefeitura de Brusque em 2011, localizado no Jardim Maluche. Posteriormente, concomitante ao processo de autorização de funcionamento do campus realiza-se Audiência Pública com diversos representantes da comunidade local, que entre outros objetivos visou apresentar o projeto de implantação do futuro Campus, definir demandas por formação profissional, identificar eixos tecnológicos que viriam subsidiar a oferta de cursos e demais trajetórias formativas. Com a portaria de nº 993 de 08/10/2013 do Ministério da Educação (MEC), têm-se o início, efetivamente, do processo de implantação do Campus com a autorização de funcionamento.

Em um primeiro momento, o campus funcionou em espaços locados na região central do Município. Em dezembro de 2018 realizou-se a inauguração da sede própria, com características estruturais contanto com biblioteca, auditório, prédio principal com dois pisos que comporta setores administrativos e pedagógicos, além de dez laboratórios especiais, um ginásio esportivo, refeitório e espaço de convivência. Segundo dados do Farol do IFC¹⁰, em 2018 havia 38 docentes e 26 técnicos administrativos. De acordo com a plataforma Nilo Peçanha, em 2019 haviam 708 matrículas ativas entre os cursos integrado ao Ensino Médio, concomitante e subsequente, tecnólogo em rede de computadores e licenciatura em química.

No contexto de sua ampliação/expansão, para além dos cursos de Qualificação Profissional na categoria Formação Inicial e Continuada (FIC)¹¹, ações/projetos de Ensino, Extensão e Pesquisa/Inovação, com a aprovação dos novos projetos pedagógicos de cursos (PPCs), inicialmente passa-se a ofertar cursos nos eixos tecnológicos¹² de Informação e Comunicação (Informática) e Produção Industrial (Química). Em 2017, amplia-se a oferta de cursos nestes eixos, com a oferta do Ensino Médio Integrado bem como com o Superior de Tecnologia em Redes de Computadores. Nos anos seguintes (2018, 2019), tem-se o início do curso Superior de Licenciatura em Química e o curso Subsequente em Cervejaria,

¹⁰ Disponível em: <https://ifc.edu.br/2018/10/10/farol-ifc/>

¹¹ Trata-se de curso de Curso de Educação Profissional e Tecnológica de livre oferta, destinado à formação de trabalhadores para ingresso ou reingresso no mundo do trabalho, para qualificação atualização/aprimoramento profissional, e/ou para elevação de escolaridade do trabalhador.

¹² Compõe uma das formas de organização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) e Superiores de Tecnologia (CNST), no sentido de ofertar e atender demandas da sociedade.

respectivamente.

Com o objetivo de melhor visualizar este processo de implantação e implementação do Campus, com recorte no período de 2017-2020, na oferta de Ensino em cursos de Qualificação Profissional (FIC), Técnicos e Superiores, segue abaixo um quadro/síntese de forma a apresentar um panorama geral dos cursos ofertados pelo IFC/Campus Brusque.

Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFC/Campus Brusque (2020)

Eixo¹³	Cursos	Forma de Oferta
Ambiente e Saúde	Não especificado	FIC
Desenvolvimento Educacional e Social	Especificado: Espanhol Básico e Intermediário; inglês Intermediário.	FIC
Gestão e Negócios	Não especificado	FIC
Informação e Comunicação	Não especificado	FIC
Produção Cultural e Design	Não especificado	FIC
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Recepcionista de eventos	FIC
Produção Alimentícia	Cervejeiro	FIC
	Cervejeiro	Técnico Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Técnico Integrado e Subsequente
	Rede de computadores (Tecnólogo)	Superior de Tecnologia / Graduação
Produção Industrial	Química	Técnico Integrado e Subsequente
Formação de Professores	Licenciatura em Química	Superior/Graduação
Recursos Naturais	-	-

Nota: Os cursos em negrito são os que se encontram vigentes em 2020.

Fonte: O Autor (2020) com base nos dados do PDI 2019-2023 e INEP-Plataforma Nilo Peçanha.

Quanto às ofertas de projetos/ações de Pesquisa e Extensão, foram identificados no sítio eletrônico do Campus 30 projetos de pesquisa e 22 projetos de extensão, totalizando 52, nas mais diversas áreas.

Em uma primeira aproximação, quando se consulta os PPCs dos cursos Técnicos e Superiores do Campus, das justificativas que fundamentam sua implantação nos diferentes eixos tecnológicos, constata-se que estes projetos sinalizam no sentido de atender o preconizado pela lei de criação dos IFs bem como com a missão do IFC. Por outro lado, para além da menção aos aspectos relacionados aos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APSCLs), mais especificamente os Arranjos Produtivos Locais (APLs), quando se amplia o olhar às prerrogativas que justificam sua implantação, variam de um curso para outro. De modo geral,

¹³ Conforme disponível na plataforma Nilo Peçanha no sítio eletrônico do INEP.

alega-se ausência de formação profissional regular gratuita na cidade e região/mesorregião; importância do setor/área de oferta do curso no cenário estadual; setores da atividade econômica e sua proximidade com o curso ofertado; participação da região/estado nos ramos de atividade, sua adjacência com eixo/curso proposto; cumprimento das metas/percentuais em formação de professores e dos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado; possibilidades de verticalização de itinerário formativo; entre outros.

A partir deste recorte em relação às justificativas de implantação dos cursos, e, tomando de análise o estudo realizado por Neves e Pinto (2019) sobre os documentos que orientam a abertura de novos cursos no âmbito dos IFs (Região Sul), reafirma-se a necessidade da ampliação do mapeamento, (re) conhecimento da realidade de atuação de um IF, que implica, entre outros aspectos, no levantamento de dado-indicadores de fontes diversas, capazes de contribuir, por exemplo, para justificativa da existência e relevância de oferta de uma área/curso.

2.3 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES NA TOMADA DE DECISÃO

Considerando o até aqui exposto em torno dos objetivos e finalidades dos IFs bem como da missão do IFC, apreende-se que, entre outros aspectos, os IFs assumem o compromisso com a inclusão social e inserção regional. Questões que reclamam a necessidade de compreensão dos problemas contemporâneos que se apresentam nos territórios de sua abrangência. Que, conforme nos apresenta o PDI do IFC, em consonância com a Lei de criação dos IFs, pensar a materialização da oferta de uma educação profissional e tecnológica pública de qualidade, implica que se observem constantemente as realidades locais/regionais; contribuindo para o desenvolvimento e disseminação de ações com vistas a melhorar e aperfeiçoar os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APSCLs).

Neste sentido, para a efetivação do compromisso com a comunidade que compõe a área de abrangência de um IF, no âmbito da oferta de Ensino, Pesquisa e Extensão, exige-se da Gestão, um olhar atento ao seu entorno. Isto é, o (re) conhecimento permanente do complexo tecido social a que está sob sua área de abrangência, estabelecendo assim o atendimento aos seus objetivos/finalidades legais. Contribuindo para a (in) formação sobre a realidade de atuação para a tomada de decisões no processo de implementação da política pública que representa os IFs.

Não se trata de uma tarefa simples, em especial quando se observa a herança das políticas emergenciais, assistencialistas e sem continuidade no contexto do Estado brasileiro, que, portanto, também marcam a história da Educação Profissional no Brasil. Propor mudanças frente à lógica de privilégios de alguns em detrimento de outros, mas buscando o reconhecimento pela igualdade, significa ampliar e ao mesmo tempo adotar novos processos que contribuam para leitura e (re) leitura da realidade socioespacial. Com isso, identificando prioridades de intervenção, e ao mesmo tempo, estabelecendo diálogo com as demandas locais/regionais, conforme nos aponta Mascarenhas (2005) e Gandin (2012).

Nesta direção, nasceu a propositura do Produto Educacional acunhado de Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos, requerendo alguns apontamentos para melhor compreensão.

O primeiro diz respeito ao uso do termo Matriz, utilizado em áreas como na matemática e informática, com aplicabilidades diversas, sem, contudo, apresentar uma definição específica. Para o aqui pretendido, utiliza-se dispostas em linhas e colunas, na qual as colunas contém informações como: questões orientadoras, denominação (nome do indicador), descrição (com

a conceituação, finalidade, exemplo e cálculo) e por fim, a fonte, ou seja, onde se obteve o dado/indicador; já as linhas apresentam os indicadores propriamente ditos. Visando sua apreensão, dispõe-se de exemplo no Quadro 2.

Quadro 2 - Exemplo da Matriz

Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual a Taxa de Natalidade da Região? Qual seu comportamento se comparado a nível federal e estadual? Quais particularidades pode ser identificada entre os municípios da Região?	Taxa de Natalidade	Razão entre o total de nascimentos ocorridos ao longo de um ano pela população total/estimada no período e expressa em termos de mil habitantes. Contribui para avaliação do crescimento populacional e ainda para planejamento em saúde. Exemplo: Nascidos vivos 2018 (X) e população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: $= (X / Y) * 1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do número de nascidos vivos no ano (IBGE, Tabela 2612) e na população total.

Fonte: O Autor (2020)

Outro apontamento diz respeito ao termo “indicadores” apreendidos como

Uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, 2009, p. 15).

Somada a definição de Jannuzzi (2009), destaca-se que,

Mais importante que a definição, é destacar algumas ideias-chave que estão nela presentes, dentre as quais: Indicadores são um instrumento, ou seja, o indicador não é um fim em si, mas um meio; Indicadores são uma medida, uma forma de mensuração, um parâmetro, quer dizer, o indicador é um instrumento que sintetiza um conjunto de informações em um “número” e, portanto, permite medir determinados fenômenos entre si, ou ao longo de determinado tempo; Indicadores podem ser utilizados para verificação, observação, demonstração, avaliação, ou seja, o indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista. (CAYANO e CALDAS, 2008, p.1).

Considerando o debate havido em torno do tema, a exemplo dos autores ora mencionados, os indicadores têm uso diversos, seja no processo de planejamento, monitoramento ou avaliação, tanto para projetos como para instituições. Para a propositura em curso, seu uso está para aproximações com a realidade, ou seja, um instrumento que auxilia para levantamento de informações sobre diversos temas sociais e econômicos, permitindo com isto, desenhar um quadro socioeconômico de uma dada realidade, o mais próximo possível que há de se considerar.

Do levantamento das referidas informações por meio dos indicadores, é possível realizar

o estudo de situação, o qual,

Consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma situação tomada como problema para o planejamento e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades. Como momento do processo de planejamento, é caracterizado pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático: “sua finalidade é definir uma situação com vistas à intervenção, não simplesmente dar respostas de caráter teórico.”. (BAPTISTA, 2000, p. 39).

Em outras palavras, com base nos indicadores socioeconômicos procede-se a caracterização de um dado recorte espacial, por sua vez, de posse desta caracterização, é possível identificar situações problemas de caráter prioritário a ser mitigado (a exemplo de projetos de Pesquisa ou Extensão), assim como aproveitar as oportunidades que se apresentam. Neste sentido, também contribui para a avaliação da oferta do Ensino, que dentre outros aspectos que caracteriza as finalidades dos IFs, há de se considerar também a questão envolta ao mundo do trabalho como um fim social. A exemplo do exposto, isto é, com base nos indicadores sociais e econômicos culminando com a realização da caracterização de um dado recorte espacial, há de se considerar as atividades econômicas que mais contribuem com os aspectos econômicos e sociais.

Conforme nos alerta Jannuzzi (2009), há um considerável número de indicadores disponíveis em banco de dados diversos, fato que dificulta o acesso ao mesmo. Nesta direção, torna-se necessário a identificação de indicadores de maior relevância em consonância com as finalidades e objetivos dos IFs, considerando o contexto regional, estadual e/ou nacional.

Assim, destaca-se a importância deste Produto Educacional, como um recurso que contribui com a identificação de indicadores socioeconômicos, otimizando o trabalho de gestores, no âmbito da proposição de cursos, ações/projetos de pesquisa e extensão a partir dos aspectos da realidade posta.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada quanto à sua abordagem, ainda que considerando suas diferenças e aproximações, caracterizou-se por qualitativa e quantitativa. Conforme afirma Fonseca (2002, p. 20), “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Considerando ainda o alcance da pesquisa aqui proposto, qual sejam o contexto do objeto estudado, a quantidade de fontes de dados e demais informações pesquisadas, justifica-se aqui o afirmado anteriormente por Fonseca (2002). Quanto à natureza da pesquisa é aplicada por entender-se que a validação da pesquisa se materializa na aplicabilidade prática do produto educacional/institucional. Quanto aos seus objetivos a pesquisa caracterizou-se por exploratória e descritiva, e, bibliográfico/documental e pesquisa de campo em relação aos seus procedimentos. Assim, situada as questões concernentes à pesquisa, passa-se a descrição das etapas do processo metodológico propriamente dito, visando o alcance da proposição em curso.

Etapa 1 – Delimitação do Território Área de Estudo

A leitura dos instrumentos jurídicos e correlatos dos Institutos Federais traz em seu bojo a questão sobre o regional, sem, contudo definir com clareza sobre a área de influência de um campus. De modo geral, estes instrumentos apontam para a microrregião geográfica (conforme delimitado pelo IBGE), que no caso em estudo, recai para a Microrregião de Blumenau. Em consonância com os referidos instrumentos, no sítio eletrônico “Farol do IFC” os dados se referem a município sede e sua respectiva microrregião. No entanto, Brusque é corredor de acesso e tem influência a outros municípios não pertencentes a esta Microrregião. Assim, torna-se necessário como primeira parte do processo em questão a compreensão sobre a região de que se refere um campus.

Etapa 2 – Mapeamento da Rede

Definido o território-área de estudo, inicia-se o mapeamento da rede. Cabe destacar que quanto ao termo mapeamento, fala-se na identificação, em um levantamento de quem são; e o termo rede, recorre-se ao apontado por Silva e Terra (2018, p. 4), se referindo sobre “[...] os atores sociais do território: institutos federais, associações comerciais, Organizações Não

Governamentais (ONGs), sindicato dos trabalhadores, poder público municipal e estadual, universidades, etc.”.

Da rede, têm-se de um lado aqueles responsáveis pela formação/qualificação profissional (escolas, Sistema S, Universidades, Instituto Federal e outros) e do outro lado, por exemplo, os sindicatos e a associação comercial. Dos primeiros, busca-se saber quem são e cursos que oferecem, já do segundo, suas respectivas demandas. Assim, após a identificação inicial, encaminha-se um questionário simplificado, visando informações para o mapeamento. Como resultado final deste procedimento, esperamos georreferenciar a referida rede junto com um catálogo simplificado contendo as informações relevantes, em especial na oferta de formação/qualificação profissional.

Etapa 3 – Identificação dos Indicadores

Mapeada a rede, iniciou-se o processo de identificação dos indicadores sociais e econômicos que contribuíram com os objetivos aqui propostos. Como nos aponta Jannuzzi (2009), os institutos de pesquisas produzem um cabedal de indicadores, e nem sempre há conhecimento de onde os encontrar, pois estão dispersos em uma série de bancos de dados, dificultando o acesso à informação das pessoas menos familiarizadas. Assim buscou-se os indicadores com maior facilidade de obtenção, desagregados por municípios e em séries históricas.

Ao identificar estes indicadores, por um lado, buscou-se a sistematização da Matriz (espaço em que se apresenta, conceitos, aplicação e fonte), e por outro lado, coletou-se os dados do Município sede do IF em questão, da Região (recorte territorial delimitado para este estudo) e da Unidade da Federação.

Etapa 4 – Organização e análise preliminar dos dados coletados (caracterização da Região).

Após a coleta de dados, procedeu-se a organização dos indicadores e em seguida a análise preliminar. Para a análise, teve como referência as séries históricas destes indicadores (intertemporal) e ao mesmo tempo a sua relação com o recorte espacial (interterritorial). Se de um lado observou-se suas tendências de crescimento ou não, por outro, na comparação interterritorial, observou-se a média, assim as proximidades e distanciamentos entre os extremos. Estes foram os parâmetros básicos para a análise em conformidade com as exposições

realizadas por Koga (2003), Baptista (2000), Gandin (2012) e Vasconcellos (2018).

Das análises dos dados oficiais, em especial dos dados econômicos e de trabalho, foi possível constatar proximidades e distanciamentos entre as “ofertas” e a realidade local/regional, atentando para as dimensões econômica e social, em acordo com as finalidades e objetivos do IFs.

Etapa 5 – Avaliação do Produto Educacional

Findado este processo, procedeu-se a avaliação do Manual por meio de um evento de cunho expositivo (curso de extensão), junto a gestores do IFC/Campus Brusque. Momento este que foi apresentado o Produto Educacional e os dados coletados da Região Geográfica Imediata de Brusque.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta o processo de elaboração, aplicação e (re)elaboração do Produto Educacional, assim como as análises dos dados produzidos. A organização do texto segue as etapas metodológicas ora apresentadas em forma descritiva, sendo acrescido o esforço havido em relação à pesquisa bibliográfica, que se passa a apresentar.

Compondo o cenário da chamada pesquisa bibliográfica, desde o processo de elaboração do Pré-projeto à qualificação do Projeto de Pesquisa até o fechamento da caminhada que subscreve este relatório, abordou-se temas como: Educação (do Brasil colônia ao sistema educacional profissional); Educação Profissional (EP); Educação Profissional Tecnológica (EPT); historicidade dos Institutos Federais; Trabalho; Trabalho e Educação; relação entre trabalho, escolarização e profissionalização; Desenvolvimento local/regional (na perspectiva econômica e social); Sistemas Produtivos Locais (distritos industriais, *clusters* e *mmeleu innovateur*); Arranjos Produtivos Locais (APLs); Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais (APCSLs); a relação da EPT (IF) e o desenvolvimento regional; Planejamento; Diagnóstico; Estudo de Situação (caracterização/descrição); e Indicadores.

A aproximação com estas temáticas balizaram as discussões, as fundamentações teóricas que foram compondo o repertório necessário para o recorte proposto à pesquisa e na construção do Manual enquanto produto educacional. Destaca-se aqui a questão da territorialização, seja na perspectiva da (re) construção da área de abrangência de um Campus, ou em seu compromisso com os chamados Arranjos Produtivos Culturais Sociais Locais (APCSLs). Algumas aproximações com as temáticas encontram-se sistematizadas no presente relatório, tais como: EPT, IFs, APLs, APCSLs, Estudo de Situação e Indicadores, entre outras. Necessárias para alinhamento dos conceitos pertinentes na perspectiva de melhor compreensão do IF e o seu meio. Assim, registra-se aqui que nem todas as temáticas estudadas aparecem de forma direta neste texto final, embora, como mencionado acima, presentes, sobretudo na qualificação do Projeto de Pesquisa.

Esclarecidas a questão concernente à pesquisa bibliográfica, passa-se a descrição concernente à delimitação do território, para tal, destaca-se que a presente pesquisa partiu das finalidades dos IFs constante em sua Lei de Criação (Lei n. 11892/2008), com destaque para o Inciso IV¹⁴ do Art. 6º, tendo como recorte o IFC/Campus Brusque.

14 “IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos,

Assim, a partir do olhar às necessidades de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (IFC/ Campus Brusque), uma das primeiras limitações identificadas diz respeito à área de abrangência do Campus. Alguns dos projetos de pesquisa/extensão, assim como os PPCs trazem como recorte Brusque e região e/ou entorno. Os dados do Farol do IFC¹⁵ tratam da Microrregião Geográfica, que no caso de Brusque é a Microrregião de Blumenau. Caso o recorte recaia sobre a referida Microrregião, apreende-se um possível sobreamento de inserção dos IFs, uma vez que nesta microrregião encontram-se os *campi* do IFC em Blumenau e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em Gaspar. Destaca-se ainda que os *campi* IFSC/Gaspar e IFC/Brusque ofertam os mesmos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado (Química e Informática), havendo entre estes, uma distância aproximada de 40 Km.

Ainda quanto ao recorte espacial, observa-se que no PPC do curso Ensino Médio Integrado de Química, há referência sobre o potencial da indústria correlata em relação à Região Norte do Estado de Santa Catarina, região esta que conta inclusive com outras unidades dos IFs. Tais apontamentos reforçam a importância de um instrumento orientador com vistas a subsidiar as ações institucionais.

Apreende-se que a delimitação da área de abrangência de um campus é uma das lacunas a ser equacionada, evitando assim sobreposição de ações dos *campi*, delimitando os olhares a recortes socioespaciais e com isto evitando sobreamentos.

O presente estudo tomou como referência a Região Geográfica Imediata de Brusque, instituída pelo IBGE em 2017 e formada pelos municípios de Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento e São João Batista. Municípios estes que, para além da cidade polo Brusque, reside parte dos estudantes matriculados nos cursos do Campus, em especial, alunos do Ensino Médio Integrado em Informática e Química.

Definido o recorte socioespacial e tendo em vista a necessidade de mapeamento da rede aí inserida, passou-se a pesquisa junto à rede mundial de computadores, buscando identificar as escolas profissionalizantes, sindicatos, associações comerciais, Sistema Nacional

sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.”

¹⁵ Trata-se de um projeto que vem sendo implementado por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), o qual tem por objetivo “reunir informações relevantes para identificar o Potencial de Crescimento dos Campi. Esse tipo de informação busca suprir a carência de referências objetivas na definição de critérios para expansão do instituto, sobretudo num contexto de racionalização financeira pela qual passa a rede federal de ensino.” (PDI 2013-2019, 2019, p.86-87).

de Empregos (SINE), Universidades, entre outras instituições afins.

No referido levantamento foram identificados oito estabelecimentos de ensino profissional, 28 entidades (sindicatos, associação comercial e congêneres) e nove entidades de ensino superior, cuja relação nominal encontra-se na tabela de dados da Região Imediata de Brusque¹⁶ (bloco Trabalho). Às estas instituições (exceto aos SINEs) foi encaminhado e-mail com questionário (Apêndice A) com vistas à construção de um Catálogo, no entanto, não foi recebida nenhuma resposta, muito possível que tenha relação direta com a questão Pandemia, pois o referido encaminhamento se deu no início do processo de distanciamento social (março/2020). Tal situação foi entendida como que não havendo prejuízos para a proposição da Pesquisa, ficando a sugestão para novos esforços em tempos oportunos.

No entanto, visando ampliar as informações da Rede, após novas buscas foi identificado junto ao sítio eletrônico do IBGE a organização de dados intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC), informações municipais de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho, Meio ambiente e Gestão de Risco. Além da identificação da existência da rede, foram identificadas outras informações consideradas relevantes, como o perfil do (a) gestor, serviços, programas, projetos, benefícios e ações ofertadas, entre outras questões. Assim, constituem a abertura de cada bloco temático da Matriz, enriquecendo o olhar para as demais informações que seguem para cada um deles.

Após o processo de mapeamento, buscou-se a identificação dos indicadores sociais e econômicos, sendo que a primeira aproximação se deu com o reconhecimento de base de dados oficiais, tais como IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, CAGED, RAIS, INEP, DATASUS, IPEA, Ministério do Planejamento, Secretarias Estaduais, entre outros. Priorizou-se os dados com maior facilidade de obtenção e as informações desagregadas por municípios e em séries históricas.

Concomitante ao processo de identificação deu-se a coleta de dados, cujo processo organizativo requereu a instituição de áreas temáticas, um dos critérios de classificação dos indicadores apontados por Jannuzzi (2009), sendo assim sistematizados: Demografia, Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social, Finanças Públicas, Cultura, Meio Ambiente, Assistência Social, Economia, Trabalho e Renda. Atentou-se ainda para o levantamento de informações desagregadas de Infraestrutura, Esporte e Lazer, e Segurança, o qual, não foi possível identificar dados/indicadores em fonte oficial, e os identificados, por sua vez, não

¹⁶ Link com os dados completos na Apresentação deste Relatório.

atendiam aos critérios de desagregabilidade por município e s/ou série histórica. Quanto às Finanças Públicas, optou-se pelo uso da receita total e despesas por função, ou seja, segundo as áreas temáticas trabalhadas.

Nesta direção, a organização dos blocos temáticos ficou da seguinte forma: Dados Gerais; Aspecto Populacional; Saúde; Educação e Cultura; Habitação; Desenvolvimento Social, Renda, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional; Economia; Trabalho; Meio Ambiente e Gestão de Risco; e Dados Intrainstitucionais. Cabe destacar que se trata de aproximadamente 131 Tabelas, 241 indicadores e 1.380 variáveis. Sendo que, a Tabela de Dados da Região Geográfica Imediata de Brusque encontra-se disponível no link constante na nota de rodapé¹⁷.

No processo de coleta de dados, foi necessário organizá-los por municípios, e isto por duas razões: a primeira por não ter informações regionalizadas, o IBGE traz dados por Mesorregião e Microrregião, assim, foi preciso calcular as informações para o recorte selecionado; a segunda, e mais importante razão, teve relação direta com a percepção de Koga (2003), que as médias gerais podem esconder realidades internas.

Do exposto, evidencia-se a importância de dados interterritoriais e intertemporais. Interterritorial com vistas a comparações entre estes e ao mesmo tempo da identificação de particularidades que as médias gerais camuflam. O Intertemporal auxilia na análise histórica da informação, permitindo a identificação do comportamento do indicador, como o acréscimo ou decréscimo. Recursos importantes para o estabelecimento de parâmetros para análise, como estando na média, abaixo o acima.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao reconhecimento do processo histórico de formação dos municípios, como nos alerta Koga (2003, p. 39) “para compreender o estatuto atual da sociedade brasileira, faz-se necessário um resgate de sua formação histórica, do ponto de vista cultural e político e não apenas socioeconômico.”. Assim, sugere-se que antes da coleta de dados se faça um breve histórico dos municípios em questão.

Evidenciado a importância da definição do território, da coleta de dados desagregados por municípios e em sua série histórica, bem como a de se fazer um breve histórico dos municípios, passe-se a apresentação dos blocos temáticos conforme organizados na Matriz. Para a coleta, organização e análise destes blocos, sugere-se a formação de uma equipe de

¹⁷ <https://drive.google.com/file/d/1AzXY2LHEmRDtAW-sAtWhNiOYYIFXLFU/view?usp=sharing>.

trabalho, as quais comporão comissões temáticas afins.

Quanto ao aspecto demográfico, Jannuzzi (2009, p. 66) alerta sobre a importância destes indicadores, pois, “estabelece os parâmetros básicos para dimensionamento da população futura, consumidora de bens e serviços – públicos e privados – e dos públicos-alvo das políticas sociais”. Nesta direção, é preciso reconhecer o contingente populacional (população total censitária e estimada) e sua respectiva variação no tempo, assim como as características demográficas (distribuição espacial, população segundo o sexo¹⁸, recorte etário, cor/raça¹⁹, pessoas com deficiências) contribuindo para proposições a segmentos específicos.

A exemplo da importância dos dados demográficos cita-se as taxas de crescimento populacional, pois, como nos lembra Jannuzzi (2009, p. 69) “as políticas públicas têm públicos-alvo específico.” Reverberando desse modo na Educação, Saúde, demanda por trabalho e condições de moradia. Concomitante têm-se a Taxa de Urbanização,

é um indicador demo-geográfico que dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e, portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana (água tratada, saneamento básico, coleta de lixo) e serviços sociais (educação, saúde etc). (JANNUZZI, 2009, p.71).

Estes indicadores (Taxa de Crescimento Populacional e Taxa de Urbanização), por exemplo, tem importância no (re) conhecimento da oferta de bens e serviços, os quais nem sempre acompanham os movimentos populacionais, podendo surgir outros problemas estruturais, como os de habitação irregular e infraestrutura (abastecimento de água e/ou energia elétrica, esgotamento sanitário e/ou coleta de lixo inadequado). Nesta direção foi proposto um bloco na Matriz que aborda as condições habitacionais e de infraestrutura. Tema que toma maior centralidade com a difusão do direito da cidade²⁰.

As condições de vida e moradia de uma população, por sua vez, refletem nas condições de saúde, as quais implicam nas condições de trabalho, por exemplo. Dentre os vários aspectos a serem observados, têm-se o (re) conhecimento das causas sobre as quais as pessoas estão adoecendo e morrendo, assim como a infraestrutura dispensada na Saúde. Para além da importância em si das informações neste campo, observa-se que o campus IFC Brusque não conta com eixo nesta área, no entanto, há projetos de pesquisa/extensão abordando a questão,

¹⁸ Aqui se fez uso do termo replicado pelo IBGE.

¹⁹ Idem.

²⁰ Tem relevância a partir da promulgação do Estatuto da Cidade que é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

reforçando a importância deste tema.

A Educação, assim como a Saúde, é um direito de todos e dever do estado. Portanto, as políticas públicas educacionais constituem-se uma das políticas de grande relevância, que para a pesquisa realizada, recai sobre os IFs. Consta-se, a partir da consulta realizada na oferta de projetos/ações do IFC/Campus Brusque, que a temática Educação foi tema de vários projetos de pesquisa/extensão. Nesta direção, o olhar sobre a temática deve observar informações correlatas à taxa de analfabetismo, taxa de atendimento escolar, escolaridade média, taxa de atendimento escolar, taxa de desempenho do sistema escolar (reprovação, evasão e distorção) entre outros, em todos os níveis e modalidades.

Quanto à Cultura, Esporte e Lazer, fundamentais ao desenvolvimento humano, identificou-se baixa existência de indicadores nos bancos de dados oficiais. Por outro lado, no âmbito do Campus, a existência de projetos de pesquisa/extensão nesta área reflete a preocupação e a importância da temática, sobretudo na direção ao atendimento dos aspectos culturais presente nos APSCLs. Apesar da lacuna de informações identificadas, apreende-se a importância do levantamento de informações, como a relação de equipamentos afins existentes, assim como o de programas e projetos, com as quais é possível ir realizando outras aproximações, visando maior reconhecimento do tema.

Quanto à política de Assistência Social, que ao lado da Previdência Social e Saúde constituem o tripé da Seguridade Social Brasileira, apresenta-se como relevante na compreensão do tecido social. Sua (re) leitura contribui para desvelar muitas das contradições existentes e camufladas pelos dados gerais. É importante destacar que a Assistência Social enquanto política pública tem um olhar para além da questão renda, inferindo diálogo, entre outros temas: família, criança, adolescente, jovens, idosos, pessoas com deficiência, violências, trabalho infantil, comunidade; e, ao mesmo tempo dialoga com aspectos como a moradia precária, baixa escolaridade, desemprego, baixa renda familiar, ausência ou precariedade de serviços de saúde e educação, ausência de organização social e/ou de saneamento básico, entre outros.

Quanto aos aspectos Econômicos e de Trabalho, estes caminham em direção congruente, daí a importância de se reconhecer, dentre outros fatores, os setores e ramos de atividades econômicas que mais contribuem para a geração de riqueza local/regional, as quais podem ser observadas na participação dos setores da economia, pelo número de empresas e postos de trabalhos; volume da exportação/importação que somada as informações dos principais produtos importados e exportados, vão contribuindo com a apreensão destes aspectos

relevantes para o desenvolvimento econômico, mas também social.

Por fim, o aspecto Meio Ambiente e Gestão de Risco, cuja complexidade da temática, exige maior aprofundamento, sendo que neste momento da pesquisa são exploradas questões como: em especial ao Impacto Ambiental e/ou processo/ação que resultem em impacto ambiental; Gestão de Risco e Resposta de Desastre.

Após a coleta e organização dos dados, procedeu-se um ensaio de análise tendo como referências as médias (nacionais, estaduais, regional e municipais), bem como olhares sobre os indicadores com maior e menor resultado e seu respectivo distanciamento, buscando, sempre que possível, a constituição de critérios para análise. Estes passam a serem descritos no Manual de Operação Técnica da Matriz como “sugestões de etapas para operacionalizar a caracterização/descrição de uma região.”. Também foi o momento que se apreendeu a importância de tratar de alguns temas/conceitos básicos para a compreensão do Produto, sendo denominados no Manual como “definição de termos básicos utilizados no Manual” e “Nomenclatura, Conceituação, Fórmulas e Cálculos dos Indicadores”.

Por fim, destaca-se que, ainda que sob uma proposta preliminar do resultado final do Produto Educacional (Manual de Operação Técnica), tendo em vista as contribuições possíveis submeteu-se o referido documento à apreciação e avaliação dos gestores do IFC/Campus Brusque, ocorrido no dia 24 de agosto de 2020 por meio de uma *Web*. Buscou-se neste momento, para além de contextualizar brevemente a pesquisa desenvolvida, apresentar o Manual, orientar/capacitar os gestores no processo de sua aplicação. Momento de riquíssima troca de experiências e com sugestões significativas com vistas ao melhoramento do Produto Educacional. Por fim, é importante dizer que o referido encontro/momento aconteceu em formato de Curso de Extensão (duração de 2 horas, entre apresentação e debate).

Passa-se a apresentar a seguir, uma primeira aproximação da aplicação da Matriz na Região do IFC/Campus Brusque. Torna-se necessário destacar que o exercício feito não teve como finalidade analisar e/ou avaliar a relação do Campus com a Região, logo, trata-se de uma ilustração para o pretendido. Como apresentado no Manual, tem-se a clareza de que o movimento de análise/avaliação deve-se constituir por meio de uma equipe multi-interdisciplinar, ter em consideração os mais variados indicadores, e a sistematização de um processo contínuo. Assim, reforça-se que os apontamentos abaixo, são ilustrativos, apontam apenas alguns indicadores e sem a pretensão de afirmações conclusivas.

4.1 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Das aproximações dos dados oficiais, em especial dos dados econômicos e de trabalho, foram realizados alguns exercícios no intuito de se observar proximidades e distanciamentos entre as “ofertas” e a realidade local/regional, os quais passamos a apresentar.

Os municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Brusque possuem características diversas, entre elas a característica populacional, seja em termos de habitantes por municípios ou na distribuição espacial destas. Quanto ao porte populacional, a Tabela 1 apresenta dados de 2000 e 2010 e sua respectiva variação.

Tabela 1 – População Total 2000 e 2010 e Variação.

Localidade	2000	2010	Va (%)
Brasil	169.872.856	190.755.799	1,23
Santa Catarina	5.357.864	6.248.436	1,66
Região	129.650	180.733	3,94
Botuverá	3.756	4.468	1,90
Brusque	76.058	105.503	3,87
Canelinha	9.004	10.603	1,78
Guabiruba	12.976	18.430	4,20
Major Gercino	3.143	3.279	0,43
Nova Trento	9.852	12.190	2,37
São João Batista	14.861	26.260	7,67

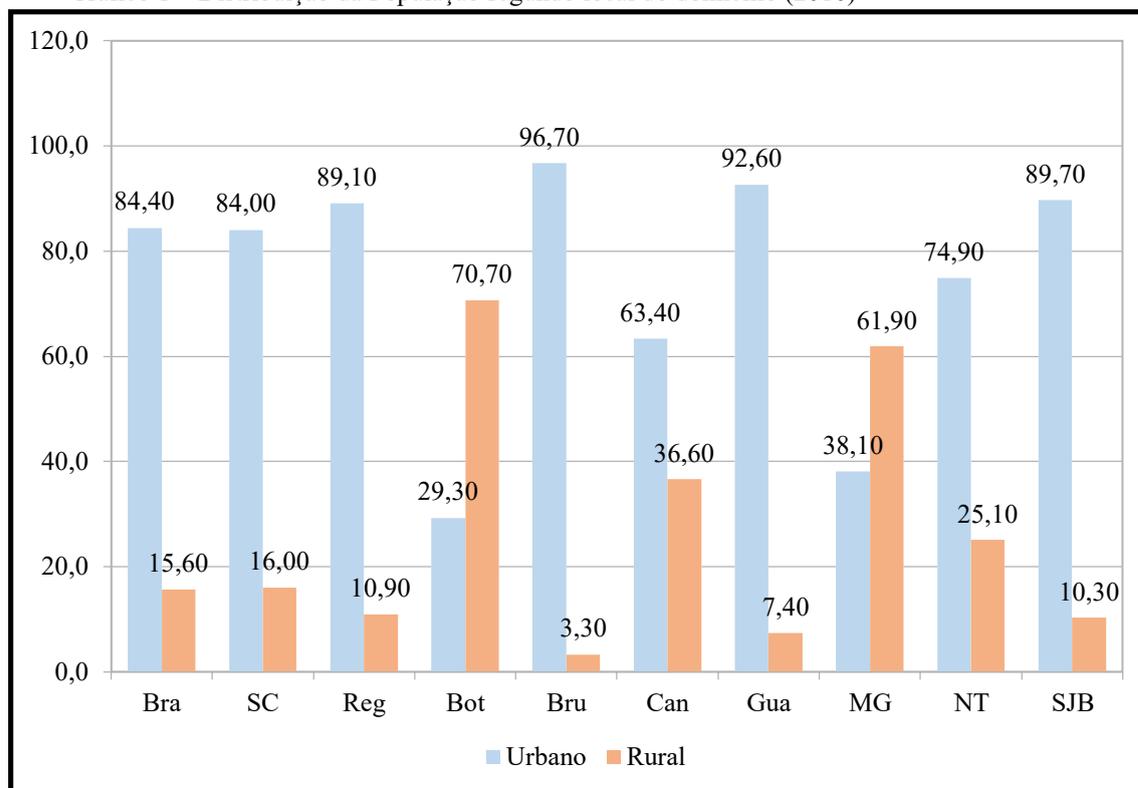
Fonte: O Autor (2010), com base nos dados do IBGE.

Tendo como referência o Censo Demográfico de 2010, havia na Região cerca de 180.733 pessoas residentes, sendo Brusque o município com maior número de habitantes e Major Gercino o menor. Outra variável observada foi o comportamento da população entre 2000-2010, sendo que a Região apresentou crescimento superior ao identificado a nível nacional (2,71 pontos percentuais) e ao estadual (2,28 pontos percentuais). Entre os municípios, observa-se que São João Batista apresentou o maior crescimento da Região com 7,67% e Major Gercino o menor com 0,43%.

Quanto a distribuição da população segundo o local do domicílio tem-se no Gráfico 1 seus resultados conforme o Censo Demográfico de 2010. Sendo possível observar que a Região segue a tendência nacional e estadual, porém entre seus municípios têm-se as particularidades dos municípios de Botuverá e Major Gercino onde maior parte de seus habitantes encontram-se residindo no meio rural, o que, em tese, encontram maiores dificuldades de acesso a bens e

serviços públicos que via de regra, centram-se nas áreas urbanas.

Gráfico 1 – Distribuição da População segundo local do domicílio (2010)



Fonte: O Autor (2020), com base nos dados do IBGE.

Por outro lado, também apresentam certas aproximações, como a causa de morte predominante em todos os municípios (doenças do aparelho respiratório); a participação do “transporte rodoviário de carga” sobre o Valor Adicionado Fiscal (VAF); a importação de “materiais têxteis e suas obras”; e a participação do pessoal ocupado na indústria de transformação.

Os pontos de divergências e congruências dos aspectos socioeconômicos da Região em questão tornam-se um rico material a ser explorado em muitos aspectos por um IF. São características peculiares dos municípios, evidenciando desta forma que, para proposições mais condizentes com a realidade é necessário conhecer os dados desagregados por municípios da Região, pois as cifras gerais encobrem particularidades, como nos alerta Koga (2009).

Buscando aproximação com o aspecto econômico, destacam-se aqui três observações: a primeira em relação ao PIB, a segunda na relação às APLs e a terceira em relação ao pessoal ocupado segundo as Classificações Econômicas.

Em relação ao PIB referente ao ano de 2017, a Tabela 2 apresenta a participação dos setores da economia na formação do PIB e sua respectiva variação em relação a 2016.

Tabela 2 – Participação dos setores da economia na formação do PIB e Variação.

Localidades	(%)				Va. (2016/2017) (%)			
	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.
Brasil	4,6	18,2	48,1	15,2	-1,2	4,0	5,0	5,9
Santa Catarina	5,1	22,8	44,3	12,1	-5,3	6,9	9,3	7,1
Região	0,8	34,4	37,6	11,8	29,4	11,3	12,8	9,4
Botuverá	3,7	52,4	18,3	9,7	67,4	12,9	4,7	10,4
Brusque	0,0	33,0	40,5	10,4	-4,8	12,4	13,6	10,9
Canelinha	4,0	18,1	40,6	29,8	8,6	13,3	5,1	7,8
Guabiruba	0,4	34,6	33,3	11,0	32,4	10,0	13,7	9,8
Major Gercino	22,4	12,6	23,8	37,3	68,1	-24,4	-18,4	2,8
Nova Trento	2,4	46,7	26,8	12,7	-17,6	1,0	7,2	7,1
São João Batista	2,1	35,3	34,7	17,2	74,3	14,7	14,2	5,4

Fonte: O Autor (2020), com base nos dados do IBGE.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, o **setor de Serviços** tem maior participação na formação do PIB a nível nacional, estadual, regional e nos municípios de Brusque e Canelinha, sendo que nos demais municípios da Região, classifica-se em segundo lugar em termos de participação. Quanto à variação, ocupou o maior crescimento entre os setores em Brusque, e apesar de ser classificado em terceiro lugar entre os setores em São João Batista, este município registra o maior crescimento do setor de Serviços entre todas as localidades estudadas, e Major Gercino o menor, com decréscimo de 18,4%.

Já o **setor Industrial**, tem a segunda colocação em termos de participação a nível nacional, estadual e regional, e no município de Brusque. A primeira colocação nos municípios de Botuverá, Guabiruba, Nova Trento e São João Batista, e a quarta em Major Gercino. Quanto a Variação ocupa a primeira classificação em Canelinha, segunda em Botuverá, Brusque e São João Batista, a terceira em Guabiruba e Nova Trento e a quarta em Major Gercino, sendo que o maior crescimento foi registrado em São João Batista com 14,7% e decréscimo de 24,4% em Major Gercino.

A **Administração Pública** se classifica em primeiro lugar em Major Gercino, segundo em Canelinha e terceiro nas demais localidades. Quanto a Variação se classifica em primeiro lugar em nível federal e estadual, segundo em Major Gercino e Nova Trento, terceiro em Botuverá e Brusque, e quarto nas demais localidades, sendo que Brusque apresentou o maior crescimento deste setor entre as localidades estudadas e Major Gercino a menor.

Por fim, o **Setor Agropecuário** que se classifica em terceiro lugar em Major Gercino e quarto nas demais localidades. Quanto à variação, em primeiro lugar na Região, Botuverá,

Guabiruba, Major Gercino e São João Batista, sendo que São João Batista registrou o maior crescimento com 74,3% e houve decréscimo em Nova Trento com 17,6%.

Assim, além dos dados desagregados por municípios, conforme acima exposto, outra variável considerada é a desagregação das informações (participação dos setores da economia na formação do PIB, por exemplo) e sua linha histórica, o que permitiu apreender o comportamento (variação) de uma referida informação. E ainda, se de um lado a Tabela 2 informa sobre a participação dos Serviços como significativa, por outro indica uma possível tendência do setor Agropecuário, que se tal comportamento permanece nos próximos anos, requer atenção para seu melhor desempenho.

O Quadro 3 demonstra a inserção dos municípios da Região conforme as APLs identificadas. De modo geral, os documentos que balizam o marco legal dos IFs, ora fazem uso do termo APLs, ora APSCs, sendo utilizados de maneira relativamente diferente quando se observa como um APL se constitui. É neste sentido que, para efeitos de uma melhor compreensão do quadro acima, segundo a definição de Cassiolato e Lastres (2003) os APLs são “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes.”. Processo este que requer dos atores envolvidos certa organização, planejamento. Encontra-se aqui o fator que diferencia o conceito de APLs apresentado com o uso muitas vezes do termo nos documentos institucionais.

Quadro 3 – APLs da Região Geográfica Imediata de Brusque

APL	Município membro
APL Têxtil e Confecções do Vale do Itajaí	Botuverá e Brusque
APL do Varejo de Autopeças no Vale do Itajaí	Brusque
APL Turismo do Vale Europeu	
APL Eletro metal Mecânica de Blumenau	
APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de Florianópolis, Joinville e Blumenau	Guabiruba
APL de Turismo da Grande Florianópolis	
APL de Malacocultura de Florianópolis	
APL de Cerâmica Vermelha de Tijucas	Major Gercino, Nova Trento e São João Batista
APL de Cerâmica Vermelha de Tubarão e Rio do Sul.	
APL de Calçados de São João Batista	Canelinha e São João Batista

Fonte: SEBRAE/SC

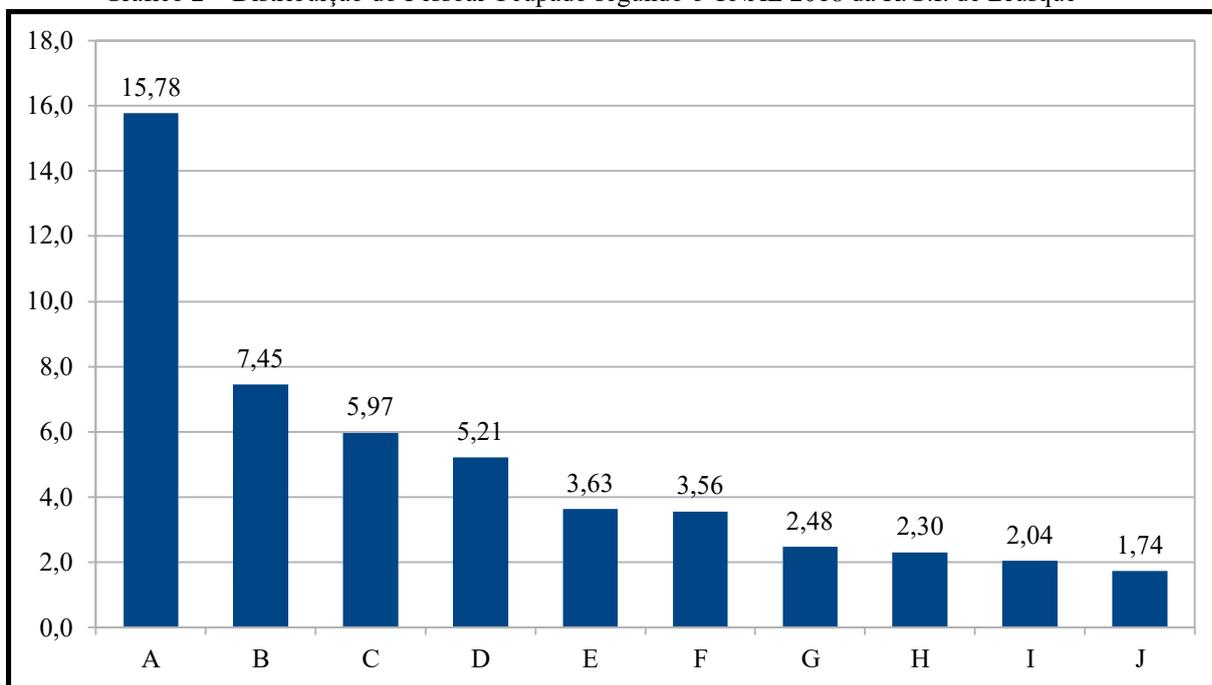
Conforme disposto no Quadro 3, observa-se que os municípios da Região em estudo tem relação direta com a Indústria têxtil e confecções; Varejo de autopeças; Turismo; Eletro-

metal Mecânica; Tecnologia da Informação; Malacocultura; Cerâmica e Calçados. Considerando as áreas, quais tem sido a participação do IFC/Campus Brusque nesta direção? Uma questão a ser explorada pela gestão. É importante destacar que neste momento o olhar sobre a Região considerou o aspecto econômico, no entanto, como expresso em vários momentos deste Relatório, tem-se a defesa dos olhares sociais e econômicos.

Observa-se ainda que algumas das APLs em que os municípios da Região são parte têm localidades diferentes, como: Blumenau, Florianópolis, Tubarão, Rio do Sul, Joinville. Considerando o recorte espacial das APLS, apenas a APL de Calçados de São João Batista tem recorte específico da Região, uma observação a ser considerada quando se discute o recorte espacial/área de abrangência de um campus.

Considerando o Pessoal Ocupado (P.O.), segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) em 2018, que somaram 116.114 pessoas, o Gráfico 2 dispõe das 10 atividades com maior participação sobre o total da P.O. organizados por ordem de desempenho que juntas somam 50,1% sobre o total.

Gráfico 2 – Distribuição do Pessoal Ocupado segundo o CNAE 2018 da R.G.I. de Brusque



Nota: Correspondência das Letras com as atividades econômicas: A) Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios; B) Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; C) Fabricação de calçados de couro; D) Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis; E) Administração pública em geral; F) Fabricação de tecidos de malha; G) Tecelagem de fios de algodão; H) Construção de edifícios; I) Transporte rodoviário de carga; J) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Fonte: O Autor (2010), com base nos dados do IBGE/CEMPRE.

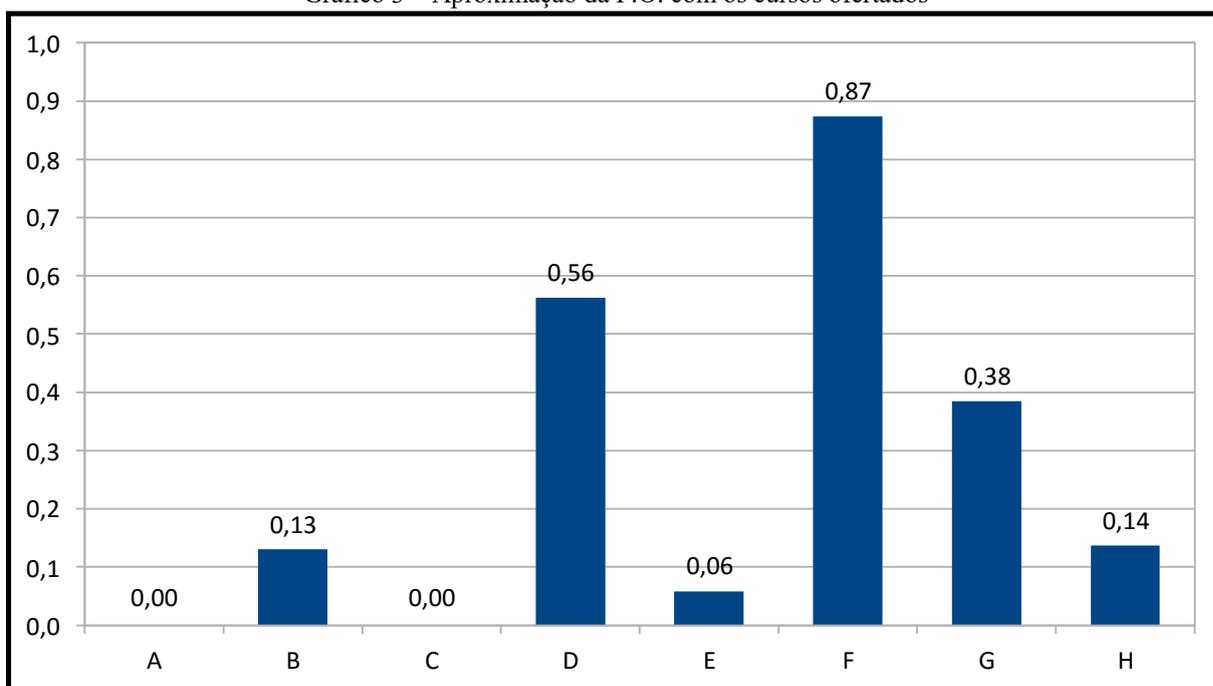
Das atividades econômicas dispostas no Gráfico 2, indica um perfil aproximado das principais ocupações, organizadores por setores de atividades econômicas:

- “Indústria de Transformação”, composta pelos itens B, C, D, F e G, que juntas ocupavam 26.181 pessoas, representando 24,7% da P.O. em 2018;
- “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (itens A e J) ocupavam 18.589 pessoas (17,8%);
- “Administração Pública, defesa e seguridade social” (item E), ocupando à época 3.856 pessoas (3,6%);
- “Construção” (item H), ocupando 2.443 pessoas (2,3%); e,
- “Transporte, Armazenagem e Correios” (item I), ocupando 2.169 pessoas (1,7%).

Considerando a participação dos setores da economia na formação do PIB e as APLs constituídas em que os municípios da Região participam, entende-se ter uma aproximação com alguns dos aspectos econômicos que contribuem para o (re) conhecimento das proximidades e distanciamento do IFC/Campus Brusque junto ao meio em que está inserido, constituindo um exercício de adequação (se for o caso) do IF à sua área de abrangência.

Em um outro exercício, buscou-se reconhecer os dados do Trabalho em relação a alguns cursos ofertados no IFC/Campus Brusque (Técnicos e Tecnólogos) a partir das descrições inscritas nos catálogos de cursos, com recorte para: o perfil profissional; campo de atuação; ocupações CBO – associado; e possibilidade de certificação intermediária em cursos de qualificação no itinerário formativo. Destaca-se o seguinte cenário.

Gráfico 3 – Aproximação da P.O. com os cursos ofertados



Nota: Correspondência das Letras com as atividades econômicas: A) Fabricação de Malte, Cervejas e Chopes; B) Fabricação de Produtos Químicos; C) Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; D) Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos; E)

Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; F) Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico; G) Atividades dos serviços de tecnologia da informação; H) Atividades de prestação de serviços de informação.

Fonte: O Autor (2020), com base nos dados do IBGE/CEMPRE.

Do Gráfico 3, a partir de dados referentes a 2018, o item A tem relação com o curso de Cervejeiro que não registrou nenhum P.O. Em relação ao curso de Química, têm-se os itens B, C, e D, ocupando 804 pessoas, representando 0,8% sobre o total do P.O. Em relação ao curso de Informática, itens E, F, G, I e H, ocupavam 1.688 pessoas, cerca de 1,6% sobre o P.O. do referido ano.

Assim, considerando as finalidades dos IFs no âmbito da formação profissional como um dos seus fins sociais, e tendo como recorte o Pessoal Ocupado (P.O.) segundo atividades econômicas, apreende-se, em um primeiro momento, um distanciamento da realidade com a oferta de cursos, em especial aos cursos de Química e Cervejeiro.

Já em relação às APLs, a partir dos dados apresentados no Quadro 3 acima, a relação com os cursos recai diretamente sobre a APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de Florianópolis, Joinville e Blumenau, e de certa maneira, à APL Têxtil e Confecções do Vale do Itajaí. Cenário que reforça o uso de instrumentos para a (re) leitura do tecido social para o cumprimento de um dos aspectos que compõe a missão institucional de um IF.

Aplicado o Produto na Região em estudo, ainda que como uma primeira aproximação, foi possível identificar fragilidades e potencialidades, a exemplo dos cursos e dos projetos de pesquisa e extensão. Assim, a partir desta percepção que indicam um vasto campo de atuação do IFC/Campus Brusque, bem como possíveis impactos de sua presença no recorte espacial como pretendido à luz dos fins sociais que demarca um Instituto Federal, reservam-se para (In) Conclusões os aspectos de aplicabilidade e impacto do Manual.

5 (IN) CONCLUSÕES

Desde o início do processo de implantação dos IFs, em 2008, até o momento (2020), somam-se 12 anos de história, processo este que tem buscado contribuir para a desconstrução de alguns valores e princípios que marcam a história das políticas públicas em geral, e da Educação Profissional em particular. Portanto, no âmbito das políticas públicas, e, neste caso, da implantação dos IFs, torna-se indispensável e inadiável o estabelecimento de um processo contínuo de avaliação e reavaliação.

Assim, tendo em vista o pequeno recorte de tempo desde a institucionalização dos IFs e as mudanças societárias em curso, é pertinente que se reveja o alinhamento de um campus do IF com sua realidade local/regional, que se apresenta como um dos desafios postos na busca pelo alcance dos seus objetivos/finalidades.

Somada à percepção de Neves e Pinto (2019) que reclama a ausência de instrumentais claros que orientem a abertura de novos cursos no contexto dos IFs (Região Sul), têm-se lacunas como a definição da área de abrangência de um campus e dos meios pelo qual se estabelece a relação com a referida área de atuação.

Ciente de que não só, mas tendo como referência os indicadores sociais e econômicos, que auxiliam no processo de (re) aproximação de uma dada realidade, apreende-se que é possível a realização da caracterização/descrição de um recorte socioespacial sobre o qual um campus deve focar sua atenção. No entanto, é necessário ter um ponto de partida, um marco referencial sobre o qual se basear, materializado pelo desenho mais próximo à realidade social que os referidos indicadores permitem realizar.

Assim, ao se propor o Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos, espera-se que este possa contribuir com a localização, coleta, organização e análise de dados/indicadores, contribuindo de forma continuada à percepção dos aspectos socioeconômicos de um determinado contexto. É neste sentido que se reforça o movimento da avaliação e reavaliação sobre suas ações, e ainda, na articulação com outros atores sociais, subsidiando, (re) construindo, e ao mesmo tempo, auxiliando nas proposições de intervenção.

Ainda em relação aos contributos do Manual, o (re)conhecimento de indicadores que possam orientar o desenho do quadro social proposto, ampliando a visão que se tem sobre o local/regional com suas proximidades e distanciamentos. Para tal, como nos alerta Koga (2003), é preciso ir além das médias gerais, isto é, no reconhecimento entre os extremos. Isto porque

segundo a autora, as médias gerais, muitas vezes escondem realidades diversas existentes em um recorte socioespacial. Nesta direção, é preciso também trabalhar com as informações ao longo da história, buscando observar a tendência do comportamento de um indicador.

Apreende-se com o referido Produto grande avanço na busca de superação de uma das lacunas identificadas com essa pesquisa (falta ou precária informações organizadas para áreas de abrangência do IFC/Campus Brusque). E ainda, tendo em vista o diálogo (proximidades) entre o Farol do IFC e o Manual, tem-se a expectativa de que este Produto Educacional possa contribuir para a ampliação de informações sobre a dimensão local/regional no campo de atuação de um IF. Com isto, possa subsidiar os gestores nas tomadas de decisões, uma vez identificadas as potencialidades e fragilidades da realidade, e, elegendo, com base em dados, as prioridades de intervenção.

Para tanto, uma das questões a serem enfrentadas, conforme já mencionado, é a delimitação do recorte espacial/área de abrangência de um campus. Para além da preocupação de possíveis sobreamentos em relação à presença das Unidades Federais de Ensino em um recorte espacial é possível estabelecer vigilância sobre este, um observatório sobre o qual recaem as ações, seja no Ensino, Pesquisa e Extensão. No caso desta pesquisa o recorte se deu na Região Geográfica Imediata de Brusque composta por sete municípios, como já descrito acima.

A jornada percorrida para o alcance do fim pretendido (a construção do Manual) foi marcada por uma série de intempéries, entre elas o estabelecimento de distanciamento social em detrimento da chamada pandemia da Covid-19, e em especial, pelo recuo da transparência de dados oficiais, com a mudança de vários sítios eletrônicos, dificultando ainda mais o acesso aos dados.

Tal contexto imprimiu, de forma ainda mais relevante, a urgência de instrumentos que possam contribuir com a leitura e (re) leitura de uma dada realidade com vistas ao estabelecimento de diálogos pretendidos, materializado por uma concepção de formação para além da dimensão da qualificação de mão de obra para o mercado/mundo do trabalho. É neste sentido que, para além do Ensino, a Pesquisa e Extensão têm muito a contribuir na ampliação e aproximação com a sociedade/comunidade que um IF esta inserido, elevando o cumprimento dos pressupostos que balizam a inserção de um IF em seu recorte socioespacial.

Para efeito da proposição e operacionalização do Produto Educacional apresentado, ou seja, o Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos recorreu-

se dos apontamentos de Winter (2018, p. 11) ao estabelecer os critérios de estratificação para processos avaliativos de produção técnica/tecnológica. Destes, destacam-se dois dos seis critérios propostos. O primeiro é o impacto cuja avaliação “está relacionada com as mudanças causadas pelo produto”; o segundo é a aplicabilidade, em que a avaliação “faz referência a facilidade com que se pode empregar a produção técnica/tecnológica a fim de atingir seus objetivos específicos para os quais foi desenvolvida.”, o que por sua vez apreendemos que estão articulados entre si.

Torna-se necessário ressaltar que o Produto Educacional não só aponta alguns indicadores com suas respectivas definições, mas também o caminho a ser percorrido para a obtenção das informações/dados, como também sugere critérios de avaliação do mesmo. Logo, trata-se de um instrumento de fácil acesso, operacionalização, mesmo as pessoas menos familiarizadas com a temática, inculcando assim o critério de aplicabilidade.

Tendo em vista que o fim último esperado com a aplicação do Produto é o reconhecimento de fragilidades e potencialidade locais, sobre as quais se busca subsídios para (re) direcionar as ações institucionais, seus impactos podem ser identificados em diversos aspectos, entre eles: a comunidade interna e externa à instituição.

Em relação à comunidade interna, destaca-se a maior centralidade em suas proposições (Ensino, Pesquisa e Extensão), com maior proximidade a realidade em que está inserido, buscando responder situações identificadas como as fragilidades, e ao mesmo tempo reforçando as potencialidades. Fato que incide diretamente na comunidade externa, com as quais, poderão subsidiar os governos locais, conselhos de direitos e de políticas sociais, estabelecendo e fortalecendo a rede, dentre outras questões.

Coadunando à percepção havida da trajetória percorrida até o momento, apreende-se o contributo na (re)afirmação de uma formação voltada para a politecnia/omnilateralidade, nos termos de Frigotto; Ciavata e Ramos (2005), reverberando na formação cidadã, inclusão social, inovação e o desenvolvimento regional, conforme apresentado pela Missão do IFC. Não se trata da formação de um trabalhador polivalente, como nos alerta Kuenzer (2008) e sim consciente de sua condição.

Correspondendo também com o preconizado no Inciso IV do art. 6º da Lei de criação dos Institutos Federais transcrito abaixo.

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do

Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

Por fim, cabem alguns apontamentos apreendidos nesta trajetória. Entre eles, destacam-se: a definição urgente da chamada área de abrangência de um campus; e a importância da criação de um banco de dados com os indicadores pertinentes, em sua série história e de forma desagregada por municípios. E ainda, mediante a implementação da Matriz, gestores, docentes e técnicos disporão de informações que subsidiem proposições afins.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Alberto Azevedo; COAN, Marival. O ensino profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classe – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. *In: Trabalho Necessário*, ano 11, n.º 16/2013. Disponível em: . Acesso em: 13/07/2019.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa; CPIHTS, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 15/10/2018.

BRASIL. Lei n. 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acessado em 28/10/2018.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In: Lastres, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (orgs) Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local* (Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003). Disponível em: . Acesso em: jun/2019.

CAYANO, Jorge; CALDAS, Eduardo de Lima. **Indicadores para o diálogo**. Série Indicadores n.º 8. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Indicadores-para-o-Dialogo.pdf>. ACESSADO em jun/2020.

COSTA, Pedro L. A. C.; MARINHO, Ricardo. J. de A. IFs: educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada. Novos e velhos desafios. *In: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento / Gaudêncio Frigotto, organizador*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20ensino%20m%C3%A9dio%20integrado.pdf>. Acessado em 01/10/2018.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. *In: Apostila Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRSG – Porto Alegre: Editora da UFRSGS, 2009, 120 p.*

FRIGOTTO, G. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional. o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. *In: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação como ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: LPP, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores - Excertos *In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. Disponível em: . Acesso em Dez. 2018.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação, e em outras**

instituições, grupos, movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 20. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

IFC. **Missão**. Disponível em: <http://ifc.edu.br/missao-e-visao/>. Acessado em 28/10/2018.

IFC. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2014 a 2018. Disponível em: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/PDI-2014_2018.pdf. Acessado em 30/10/2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**, Disponível em: <https://ifc.edu.br/2018/06/11/pdi-2019-2023/>. Acesso em: 11/2019.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil**. 4. ed. - Campinas, SP; Editora Aliena, 2009.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KUENZER, A. Reforma da Educação Profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5 n. 3, p. 491-508, nov.2007/fev.2008.

KUENZER. Acacia Z. (Org.). Ensino médio: construído uma proposta para os que vivem do trabalho. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, Pacto editorial, 2016.

MASCARENHAS, Carlos C. de. **Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão e desenvolvimento das cidades**: uma aplicação no município de Jacareí. *Mímio*. Taubaté, SP: 2006.

NEVES, Patrícia, C.S; PINTO, Leandro, R. **O Processo de abertura de novos cursos**: um panorama dos documentos que orientam as ações dos Institutos Federais da Região Sul dos Pais. Educação Profissional e Tecnológica, v.3, n.º 2, 2019. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/450/397>. Acesso em 03/2020.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Natal: Editora do IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10/11/2018.

RAMOS, M. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In: Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo*: desafios, tensões e possibilidades. Jaqueline Moll e colaboradores; Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, Arthur R.; TERRA, Denise C. T. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. *In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento*. Disponível em: http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf. Acesso em: 10/10/2018.

SIMÕES, C. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. *In: Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo*: desafios, tensões e possibilidades. Jaqueline Moll e colaboradores; Porto Alegre: Artmed, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. (org.). **Planejamento**: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 23 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2012.

WINTER, Eduardo. **Produção Técnica/Tecnológica**: da concepção a uma futura proposta de avaliação. 2º Seminário da Série Repensando a Avaliação. CAPES: Brasília, 2008. Disponível em: https://www.capes.gov.br/seminario-avaliacao-producao/apresentacoes/2018-08-21_Seminario-Repensando-a-Avaliacao_EduardoWinter_INPI.pdf. Acesso em: mar/2020.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA MEAPEAMENTO DA REDE

1. IDENTIFICAÇÃO	
Nome da organização:	
Endereço: Rua/Av. n.º	
Bairro:	Município/UF:
Sítio Eletrônico:	
E-mail:	
Telefone (s):	
2. ÁREA DE ATUAÇÃO. (Assinale em que área esta instituição atua)	
<input type="checkbox"/> Formação/qualificação de mão de obra	
<input type="checkbox"/> Defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos dos seus associados. Se sim, trata-se de: <input type="checkbox"/> Trabalhadores ou <input type="checkbox"/> Empregadores.	
<input type="checkbox"/> Mediação de mão de obra	
<input type="checkbox"/> Outros (especificar):	
3. PÚBLICO ALVO (especificar o público que esta instituição atende):	
4. OFERTAS DESTA INSTITUIÇÃO (detalhar o máximo possível, por exemplo, usuários, critérios de atendimento, número de vagas, ...).	
5. SE HÁ OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAR IMPORTANTE, USE O ESPAÇO PARA APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.	

**APÊNDICE B – MANUAL DE OPERAÇÃO TÉCNICA DA MATRIZ DE
INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS**

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
POLO BLUMENAU

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO
FEDERAL**
Catarinense

Manual de Operação Técnica:

MATRIZ DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS



Fonte: Imagem tirada do sítio eletrônico da DAEXE.

Mestrando: Valnei Nunes

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Público-Alvo: Gestores, Docentes e Técnicos Administrativos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs).

Categoria deste Produto: Material Textual.

Finalidade: Apresentar ao público-alvo deste Produto sugestões para a realização da descrição de uma Região, identificando suas características, potencialidades e fragilidades, com vistas às proposições de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Aplicação: O Manual pode ser utilizado para criação de: programas de extensão, projetos de pesquisa, cursos; assim como para o Planejamento Estratégico, Plano de Desenvolvimento Institucional, revisão dos documentos norteadores dos campus, entre outros.

Origem do Produto: Desenvolvido no Mestrado em ensino ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Polo IFC/Campus Blumenau.

Organização do Produto: O Manual proposto tem por objetivo contribuir com a Gestão de um *campus* no processo de (re) conhecimento de sua área de abrangência (Região), através de indicadores sociais e econômicos. O Produto está organizado em três partes: a primeira traz sugestões de etapas de sua operacionalização; a segunda apresenta a definição de termos básicos aqui utilizados, e por fim, têm-se a Matriz com um rol de indicadores organizados por áreas temáticas.

APRESENTAÇÃO

“A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudanças.”. (Betinho).

Apresentamos um Manual de Operação Técnica (material textual) que tem como objetivo, contribuir com a Gestão de um campus no processo de (re)conhecimento de sua área de abrangência (região), por meio de indicadores socioeconômicos, com vistas a identificar potencialidades e fragilidades a partir do diálogo com o meio a que está inserido.

Visando alcançar o objetivo proposto, tendo como referência aspectos sociais e econômicos, o desafio é realizar a descrição da área de abrangência de um campus do Instituto Federal (Região). A referida descrição constitui insumos básicos para a definição de prioridades de intervenção institucional, em especial no que diz respeito ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

Este material foi produzido no contexto da pesquisa de mestrado “Indicadores Sociais e Econômicos como Instrumento de Gestão no Processo de Desenvolvimento dos Institutos Federais: Um estudo a partir do IFC Brusque”, realizada entre 2019 e 2020. Para melhor compreensão dos desdobramentos da realização da referida pesquisa que culminou com o este Produto sugere-se a leitura do Relatório de Pesquisa.

A pesquisa teve como origem o inciso IV do Artigo 6º da Lei Federal n.º 11.892/08 que dentre as finalidades é “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;”, e ainda, o preconizado na Missão do IFC, “Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.”.

Nesta direção é que surge a propositura da construção do Manual de Operação Técnica de Indicadores Sociais e Econômicos, sendo que os dados coletados para a Região em estudo, encontra-se disponível em formato QR Cod a seguir.



Este Manual está dividido em três partes: a primeira trata da operacionalização das etapas para realização da descrição da Região, isto é, sugestões acerca da organização para que se possa realizar um estudo de situação da área de abrangência de um IF, o qual contribui para o processo de reconhecimento desta área, suas potencialidades e fragilidades.

A segunda parte apresenta a definição de termos básicos utilizados neste Manual, iniciando em terminologias, tais como: Estudo de Situação, dados oficiais e Indicadores; sugestões de análise; e nomenclaturas utilizadas como Taxas, Proporções, Média e Variação.

Por fim, têm-se a Matriz com um rol de indicadores organizados por áreas temáticas. A Matriz consta de quatro colunas, a primeira com algumas questões que visam orientar as informações pretendidas, a segunda com a denominação do indicador, a terceira com a descrição deste, exemplo de aplicação e método de cálculo, quando for o caso, e a quarta com a fonte, ou seja, onde se obter a informação.

Destaca-se que o Produto proposto deve ser apreendido como uma primeira aproximação com o tema, devendo ser avaliado e realimentado a todo instante, logo, não se trata de algo acabado, mas sim em permanente construção.

Boa leitura!

SUGESTÕES DE ETAPAS PARA REALIZAR A DESCRIÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Etapas	Sugestões											
Fase preparatória	Definir o recorte espacial/área de influência do <i>campus</i> , buscando evitar o sobreposição com outros <i>campi</i> .											
	Organizar uma equipe de trabalho que deverá trabalhar em comissões temáticas, a saber: Dados históricos, gerais e Demografia; Habitação; Saúde; Educação e Cultura (que pode ser acrescido do Esporte e Lazer); Desenvolvimento Social, Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional; Economia; Trabalho; Meio Ambiente e Gestão de Risco; Dados Intrainstitucionais. Sugere-se ainda que as referidas comissões assegurem, se possível, a participação dos Colegiados, assim como a representação de pais, discentes e sociedade civil organizada.											
	Reunir a Equipe com vistas às informações gerais sobre o trabalho proposto e ao mesmo tempo sensibilizá-la sobre a importância do mesmo.											
Coleta e Organização dos dados	Coleta e organização dos dados/indicadores caminham concomitantes. Para tal, sugere-se o uso do quadro demonstrativo e ao mesmo tempo o roteiro constante na Matriz.											
	Quadro Demonstrativo (exemplo):											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador</th> <th>Brasil</th> <th>Estado</th> <th>Região</th> <th>Município 1</th> <th>Município X</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	Indicador	Brasil	Estado	Região	Município 1	Município X					
Indicador	Brasil	Estado	Região	Município 1	Município X							
Fonte: Sugere-se que constem os dados desagregados por cada um dos municípios que compõem a Região.												
Análise de dados	A análise dos dados tem como referencial inicial os parâmetros interterritorial e intertemporal, buscando identificar se este está na média, acima ou abaixo dela; assim como o comportamento do mesmo, indicando crescimento ou decréscimo. Devendo os pesquisadores buscar outros critérios de análise que contribuam para a identificação de potencialidades e fragilidades.											
Descrição da Região	A equipe realiza a construção do texto final chamada Descrição da Região, devendo ser constituída por uma introdução. Uma primeira parte deve conter o breve histórico dos municípios que compõe a região; os dados gerais dos municípios; e os dados demográficos. Uma segunda parte diz respeito aos dados das políticas públicas, sendo que cada qual deve ser composta pelo conceito/definição; a rede de atendimento, as potencialidades e fragilidades identificadas por meio dos indicadores sociais, e suas respectivas sugestões para o enfrentamento.											
Com base na descrição por área temática, é possível a identificação das potencialidades e fragilidades da Região, que contribuem para a definição de prioridades do Instituto diante da realidade de sua atuação, escolhas das estratégias a ser seguida, definição de objetivos e estabelecimentos de metas.												

DEFINIÇÃO DE TERMOS BÁSICOS UTILIZADOS NO MANUAL

Terminologias	Apontamentos
Estudo de Situação	Segundo Baptista (2000, p. 38), “[...] consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação tomada como problema para o planejamento e na determinação da natureza e magnitude de suas limitações e possibilidades. Como momento do processo de planejamento, é caracterizado pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático: ‘sua finalidade é definir uma situação com vistas na intervenção, não simplesmente dar respostas de caráter teórico’ (Junqueira, 1971).”.
Descrição da Região	Resultado do processo de Estudo de Situação do qual se espera a identificação de potencialidades e fragilidades com vistas na intervenção de um <i>campus</i> dentro de suas competências, que entre outras questões, tem-se foco no Ensino, Pesquisa e Extensão.
Região	Ao analisar a legislação, a literatura e outros documentos correlatos aos Institutos Federais, ao instalar-se em uma localidade, é chamado a conhecer as características regionais e dentro de suas competências, inferir sobre ela. Assim, no âmbito do seu marco legal, encontram-se referências às Meso e Microrregiões Geográficas. No entanto, dado ao processo de implantação dos IFs, observa-se no momento sombreamentos, ou seja, a existência de mais de um <i>campus</i> na mesma Microrregião (a exemplo do que acontece na Microrregião de Blumenau), com dois <i>campi</i> do IFC (Blumenau e Brusque) e um <i>campus</i> do IFSC (Gaspar), e ainda, com eixos e ofertas de cursos equivalentes como o caso dos <i>campi</i> Brusque e Gaspar. Nesta direção, entendemos importante uma (re) definição do recorte espacial sob a influência de um <i>campus</i> , sobre o qual deve recair seu olhar atento (vigilância), evitando com isto a sobreposição de ações e ao mesmo tempo, alargamento de cobertura territorial. Tal reflexão nos leva aos apontamentos de Santos (2000, p. 22), informando que “O território em si [...] não é um conceito. Ele se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que deles se utilizam.”. Nesta direção, sem desconsiderar o debate havido em torno do tema, para além da divisão territorial reconhecida pela Constituição Federal (Brasil, Estados, Distrito Federal, Municípios e Região Metropolitana), assim como aquelas identificadas pelo IBGE (Meso e Microrregião Geográficas, e as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas), o termo Região deve ser empregado com o recorte territorial de cada <i>campus</i> , sendo construído e reconstruído a partir da importância em que o município sede exerce sobre outros municípios.
Unidade Territorial	Termo usado ao longo da Matriz para referenciar todos os recortes territoriais em questão, sendo eles: Brasil, Estado, Região e/ou Municípios. Sempre que necessário, foi mencionado o recorte espacial selecionado.
Dados Oficiais	São considerados dados oficiais aqueles coletados junto a instituições de pesquisa (IBGE, DATASUS, CAGED, INEP,...). Destaca-se, a título de exemplo, que desde o início desta pesquisa (2019), tem-se observado várias mudanças nas bases de dados, desde o simples <i>layout</i> do sítio eletrônico à necessidade de solicitar autorização de acesso a dados que deveriam ser públicos, fato que vem dificultando acesso e implicando em redução da transparência dos governos, estadual e nacional. Também podem ser oriundos de Secretarias Municipais e Estaduais, Delegacias, Ministério Público entre outros, dos quais sugerimos a solicitação dos dados sempre de maneira formal (por ofício). Estes podem se referir a Estatísticas ou Indicadores, os quais passa-se a definir.
Estatísticas	É o dado social em sua forma bruta, sem estar embasado numa Teoria Social e sem finalidade programática. Esses dados são levantados nos censos demográficos, pesquisas amostrais ou por registros administrativos, e servem para a construção de indicadores. Exemplo: número de óbitos, número de nascimentos, número de alunos, número de professores. (Jannuzzi, 2009).

Terminologias	Apontamentos
Indicadores	<p>São expressos em números, médias, razões, proporções, taxas, incidência ou prevalência. Cada um tem uma lógica própria de construção. Exemplo: taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), incidência de novos casos de Covid-19 nas últimas 24 horas, razão entre os sexos.</p> <p>Trata-se de um tema controverso ao longo da história, como nos aponta a literatura correlata. Porém nos alerta Jannuzzi (2009, p. 14-15) “[...] passam a desenvolver esforços para o aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e outras dimensões da realidade social. Constituindo-se, assim, um rico e diversificado acervo de Indicadores Sociais que muito têm contribuído para desvelar as iniquidades históricas da Belíndia brasileira.”. Quanto à definição, diz o autor, “[...] é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social abstrato, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre algum aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. [Para os propósitos deste Instrumento], o que é importante ressaltar é que os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento e formulação de políticas sociais nas diversas esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento das investigações acadêmicas sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.”. Assim, apreende-se que, com base nos indicadores sociais e econômicos é possível realizar a caracterização (descrição) de um dado recorte especial e com ela, identificar as potencialidades e fragilidades em vários aspectos, estabelecendo um olhar vigilante tendo em consideração aspectos sociais, culturais e econômicos. Ainda segundo o autor, os indicadores podem ser classificados de várias formas, para o estudo proposto deve-se recorrer com mais frequência aos indicadores insumos e produto, que se passa a apresentá-los abaixo.</p>
Indicadores Insumo	<p>Segundo Jannuzzi (2009, p. 23), “[...] correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. São tipicamente indicadores de alocação de recursos para políticas sociais como número de leitos hospitalares por mil habitantes, número de professores por quantidade de estudantes ou ainda gasto monetário <i>per capita</i> nas diversas áreas de política social.”.</p>
Indicadores Produto	<p>Segundo Jannuzzi (2009, p. 23) “[...] são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empírica da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas. Enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos disponibilizados nas diversas políticas sociais, os indicadores-produto retratam resultados efetivos dessas políticas.”.</p>
Rede	<p>A literatura sobre a temática é vasta, tendo como referência os estudos de Carvalho e Guara (1995), pode-se falar de redes sociais espontâneas, de serviços sócios comunitários, setoriais públicas e privadas, e sociais movimentalistas. Para o pretendido, torna-se necessário identificar os órgãos e equipamentos responsáveis pela gestão e execução, assim como os serviços, programas, projetos e/ou benefícios ofertados. Reforça-se a importância do (re) conhecimento da Rede de Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social, Trabalho, Cultura, e Meio Ambiente, pois a mesma contribui para averiguação das disponibilidades desses diante das demandas municipais. Para além de sua identificação, apreende-se a necessidade de verificar, em estudos futuros, para além dos dados quantitativos, mas também dados descritivos e qualitativos sobre o atendimento, devendo buscar identificar o atendimento realizado, público-alvo, critérios de acesso, entre outras informações.</p>

Terminologias	Apontamentos
Comparação Interterritorial	Uma das possibilidades de análise sugerida e que se refere à comparação da Região com os dados nacional e/ou estadual; dos municípios em relação à Região, assim como o distanciamento entre os municípios, expresso pela diferença da unidade territorial com maior resultado (X) em relação a que apresentou o menor (Y), recorrendo-se à Fórmula = X – Y. Assim, deve-se buscar o reconhecimento das tendências/comportamento dos indicadores da Região em relação ao Brasil e ao Estado, e dos municípios em relação à Região, identificando suas particularidades.
Comparação Intertemporal	Se refere a comparação dos dados em sua série histórica buscando evidenciar o comportamento e as tendências do indicador. Pode ser feito pela simples comparação, ou seja, se o resultado em 2010 é menor ou maior que em 2000, ou por meio da Variação, descrita abaixo.

Exemplos de comparações Intertemporal e Interterritorial										
ASPECTO POPULACIONAL: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DA POPULAÇÃO (%)										
Dados	Brasil	SC	Região	Botuverá	Brusque	Canelinha	Guabiruba	M. Gercino	N. Trento	S. J. Batista
1970-1980	2,78	2,50	0,66	-0,47	1,71	-0,37	1,39	-1,55	-0,92	0,30
1980-1991	2,34	2,52	2,81	1,95	4,06	1,41	3,85	-0,16	0,01	1,94
1991-2000	1,57	1,80	2,23	-1,24	3,12	1,03	3,10	-1,70	0,80	1,64
2000-2010	1,23	1,66	3,94	1,90	3,87	1,78	4,20	0,43	2,37	7,67
2010-2019	1,13	1,63	3,12	1,93	3,08	1,72	3,26	0,55	2,15	4,72
Fonte: O Autor (2019), com base nos dados populacionais										
Breve Comentário										
Comparação Interterritorial: Tendo como referência o crescimento da população entre 2000/2010 a Região Imediata de Brusque registrou crescimento superior ao observado a nível nacional e estadual. Dentre os municípios da Região, São João Batista registrou o maior crescimento com 7,67% e Major Gercino o menor com 0,43%, havendo entre eles um distanciamento de 7,24 pontos percentuais.										
Comparação Intertemporal: A Região apresentou o maior crescimento populacional entre os períodos de 2000/2010, comparando com o desempenho entre 2010/2019 observa-se desaceleração no ritmo de crescimento, no entanto, ainda superior aos períodos entre 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000.										

Nomenclatura, Conceituação, Fórmulas e Cálculos dos Indicadores					
Nomenclatura	Conceituação	Exemplo	Fórmulas	Variáveis	Cálculo
Número (Absoluto)	Indicadores cuja definição é iniciada por um número ou população; são o resultado de uma contagem ou estimativa em valor absoluto, são dados comuns que, por terem sido dotados de um significado ou conceito, passam a ser considerados indicadores. (Jannuzzi, 2009).	População residente na Região em 2010.	Não se aplica. Utilização direta dos dados da fonte.		
Proporção (Relativo ou Percentual)	É o coeficiente entre duas medidas, sendo o numerador o número de casos específicos e o denominador o número de casos possíveis na população, multiplicado por 100, estando sempre o numerador incluído no denominador. Pode ser usada para estimar a probabilidade de um evento. (Jannuzzi, 2009).	Proporção de crianças (0 a 9 anos) residentes na Região Imediata de Brusque em 2010.	$= (X / Y) * 100.$	X = População residente na Região com idade de 0 a 9 anos de idade em 2010 (23.358 Hab.) Y = População total da Região em 2010 (231.456 Hab.)	$= (23.358 / 231.456) * 100.$ $= 0,10 * 100.$ $= 10,09 \%$.
Média	É o valor que representa um conjunto de valores da população. É definida como a soma de todos os valores da população, dividida pelo número de observações. (Jannuzzi, 2009).	Média de habitantes por município da Região Imediata de Brusque em 2010,	$= (X / Y) * 100.$	X = soma do número de habitantes por municípios da Região em 2010 (231.456) Y = número de município da Região em 2010 (7)	$= (231.456 / 7).$ $= 33.065 \text{ hab/município}$ na Região em 2010.
Razão	A razão entre dois números (quantidades) nada mais é do que a divisão entre duas medidas, sendo que o denominador não inclui o numerador, ou seja, são duas medidas separadas e excludentes. (Jannuzzi, 2009).	Razão entre os sexos na Região Imediata de Brusque (2010).	$= (X / Y) * 100.$	X = número de homens residentes na Região em 2010 (90.541 hab) Y = número de mulheres residentes na Região em 2010 (90.192 hab)	$= (90.541 / 90.192) * 100$ $= 1,0038 * 100$ $= 100,38$
Taxa	É utilizada especialmente para acompanhar a variação de determinado fenômeno, em determinado tempo, estando associada com a velocidade e a direção (padrões) da mudança em processos dinâmicos. É um coeficiente assim como a proporção, mas o resultado é multiplicado por qualquer potência de 10 (100, 1 mil, 10 mil...), a fim de tornar o resultado de mais fácil compreensão. (Jannuzzi, 2009).	Taxa de natalidade na Região Imediata de Brusque em 2018.	$(X / Y) * 1000.$	X = Número de nascidos vivos em 2018 (3.203) Y = População estimada em 2018 (226.210)	$= (3.203 / 226.210) * 1000.$ $= 0,0141 * 1000.$ $= 14,15 \text{ nascidos vivos}$ para cada 1.000 habitantes.

Nomenclatura, Conceituação, Fórmulas e Cálculos dos Indicadores					
Nom.	Conceituação	Exemplo	Fórmulas	Variáveis	Cálculo
Variação (Va)	Um recurso a ser utilizado quando se dispõem de indicadores em sua série histórica, permitindo o reconhecimento se este apresentou resultado positivo ou negativo (crescimento ou decréscimo), e ainda sobre o volume do crescimento.	Variação da população da Região Imediata de Brusque em 2010 comparada com 2000.	$= \{[(X - Y) / Y] * 100\} / 10$	X = População da Região em 2010 (231.456 Hab.) Y = População da Região em 2000. (180.733 Hab.) 10 = Número de anos que separa o intervalo de estudo (quando se busca a variação anual).	$= \{[(231.456 - 180.733) / 180.733] * 100\} / 10.$ $= \{(50.723 / 180.733) * 100\} / 10.$ $= \{0,280 * 100\} / 10.$ $= 28,065 / 10.$ $= 2,81\%.$ O Crescimento médio da Região entre 2000/2010 foi de 28,07% (arredondado), e o crescimento médio anual foi de 2,81%.

MATRIZ DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS

A seguir passa-se a Matriz, sendo que esta se encontra organizada por áreas temáticas, a saber:

- **Dados Gerais**
- **Aspecto Populacional**
- **Saúde**
- **Educação e Cultura**
- **Habitação**
- **Desenvolvimento Social, Renda, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Economia**
- **Trabalho**
- **Meio Ambiente e Gestão de Risco**
- **Dados Intrainstitucionais**

DADOS GERAIS		
<p>Este bloco tem por objetivo apresentar algumas sugestões de informações que visam apresentar a Região por meio de algumas das particularidades de seus municípios. Assim, sugere-se que antes de iniciar a coleta de dados se faça um breve histórico dos municípios, pois, como nos alerta Koga (2003, p. 39), “[...] para conhecer o estatuto atual da sociedade brasileira, faz-se necessário um resgate de sua formação histórica, do ponto de vista cultural e político e não apenas socioeconômico.” E ainda, que se identifiquem os processos de regionalização de que os municípios estão inseridos, bem como algumas particularidades municipais, como sua área territorial e subdivisões territoriais.</p> <p>Com base nestas informações, espera-se que se possa fazer uma breve apresentação dos municípios que compõem a Região, os quais podem contribuir com o reconhecimento de demandas estruturais com suas raízes históricas.</p>		
Informações sugeridas:		
Região (em estudo)	Região (Nome deste, se constituída formalmente)	
	Municípios que a compõe.	
Recorte Histórico dos municípios.	Do Município X	
	Do Município Y	
	Quadro síntese do aspecto histórico administrativo	Origem do Município / Desmembramento
		Lei/Decreto de Criação do Município
		Predominância de grupos étnicos na formação da população
Principais Atividades Econômicas		
Regionalização	Arranjos Territoriais dos municípios da Região.	Região Metropolitana
		Mesorregião Geográfica
		Microrregião Geográfica
		Região Geográfica Intermediária
		Região Geográfica Imediata
		Associação de Municípios
		Comarca
Dados Intramunicipais	Área e arranjos territoriais dos municípios	Área Territorial (KM ²)
		Distritos Administrativos
		Bairros
		Setores Censitários. Situação e Total

DADOS GERAIS			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como se deu o processo de emancipação dos municípios? Quais são os grupos étnicos predominantes no processo de formação dos municípios? Quais as principais atividades econômicas à época?	Breve Histórico dos municípios.	Objetiva identificar alguns dos aspectos culturais e econômicos que possam contribuir com (re) leituras de demandas atuais com raízes históricas. Assim, sugere-se a realização de um breve histórico do processo de formação dos municípios que compõem a Região. Exemplo: Origem (de qual município foi desmembrado); Decreto/Lei de Criação; Predominância de grupos étnicos no processo de formação dos municípios; Principais atividades econômicas à época. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com esta informação, para além da descrição pretendida.	IBGE Cidades, Histórias e Fatos. Portal dos municípios.
Quais são as divisões político-administrativas e a divisão regional que os municípios pertencem? Há outras formas de regionalização? Há município da Região que participam de formas regionalizadas diferentes?	Regionalização	Apesar dos municípios se constituem unidades autônomas dentro da organização político-administrativa do Brasil, sua atuação tem vinculação com seu processo de regionalização. Nesta direção é importante reconhecer sua participação nas diversas configurações regionalizadas, as quais, nem sempre coincidem. Exemplos: Região Metropolitana; Região Integrada de Desenvolvimento; Meso e Microrregião Geográfica; Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas; Comarcas; Associação de Municípios. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com esta informação.	- IBGE (dados desagregados por setor censitário). - IBGE (nova divisão territorial). - FECAM (para o Estado. de SC). - Tribunal de Justiça (estadual).
Qual a área territorial dos municípios? Quantas são as divisões intramunicipais dos municípios em estudo?	Dados Intramunicipais	Para além dos dados gerais dos municípios, torna-se relevante conhecer informações intramunicipais, podendo ser identificada uma situação tomada como problema em um dado recorte, camuflada pelos dados gerais. Assim, sugere-se o (re) conhecimento de seus diversos arranjos territorializados. Exemplos: Área territorial dos municípios (Km ²); Distritos Administrativos; Bairros legalmente constituídos; Setores Censitários. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com esta informação.	- IBGE (Cidades) - IBGE (Dados desagregados por setor censitário).

ASPECTO POPULACIONAL

Este bloco traz sugestões de informações a serem coletadas com base em sua população, observando que é fundamental conhecer a população, seja em sua quantidade, como em suas características, pois as políticas públicas têm seus públicos-alvo normativos.

Assim, parte-se do reconhecimento da população total que pode se dar por meio dos Censos Demográficos (ocorridos a cada 10 anos) ou através da estimativa da população (disponibilizado no meio de cada ano intercensitário) e sua respectiva variação entre períodos de tempo.

Em seguida, deve-se buscar reconhecer as características da população por meio da sua distribuição: Espacial (rural e urbano); Por sexo (homens e Mulheres); Por faixas etárias; Por cor/raça; Segundo as pessoas com e tipos de deficiências. A importância deste reconhecimento tem relação direta aos processos de inclusão destes segmentos, com destaque especial às pessoas que vivem em áreas rurais, nem sempre com acesso a bens e serviços públicos e privados; à condição das mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pretos, pardos, indígenas, e pessoas com deficiências, com dívida social ainda persistente.

Informações sugeridas:

População Total	População total (Censitária e Estimada)
	Variação anual média da população
Distribuição da População	Segundo o local do domicílio
	Segundo o sexo
	Segundo faixa etária
	Segundo cor/raça
	Segundo Deficiência

ASPECTO POPULACIONAL			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual a população da Região e de seus municípios e sua variação?	População Total	Compreendida como o número total de pessoas residentes em determinado espaço geográfico e expresso em termos absolutos. Para além de informar sobre o contingente populacional de uma determinada Unidade Territorial, prove o denominador para cálculo de taxas de base populacional, é utilizado como referencial para orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, no financiamento de serviços em base <i>per capita</i> . Exemplo: População residente nos anos de 2010 e 2019. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	IBGE, SIDRA, Tabela 200 para população Censitária. IBGE, SIDRA, Tabela 6569, para Estimativa da População.
	Varição média da população	Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado, sendo expresso em termos %. Informa o percentual de crescimento populacional entre dois intervalos de tempos, podendo o resultado ser positivo ou negativo; assim como a proximidade e distanciamento da média nacional, estadual e/ou regional. Unidades territoriais com crescimento significativo podem impactar em demandas de bens e serviços (público ou privado), como: habitação, saúde, educação, trabalho. Exemplo: População total em 2010 (X) e em 2019 (Y). Cálculo: = $[(X - Y) / Y] * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados da população total.
Qual a taxa de urbanização da Região e dos municípios?	Distribuição espacial da população	Distribuição da população (absoluto e/ou percentual) residente segundo situação do domicílio (urbano e rural), sendo que o percentual da população residente em áreas urbanas equivale a Taxa de Urbanização. Tem grande importância para o reconhecimento, em especial, da população residente em áreas rurais, visando seu acesso aos bens e serviços públicos, em tese, situados nos centros urbanos. Exemplo: População residente em área urbana/rural em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE, SIDRA, Tabela 200.
Como a população está distribuída entre os sexos?	Distribuição da população segundo o sexo	Quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população segundo o sexo (homem e mulher) sobre o total da população. Tem relação com políticas que tem o sexo como requisito. Exemplo: População residente do sexo masculino/feminino em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE, SIDRA, Tabela 200.

ASPECTO POPULACIONAL			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a população está distribuída por faixa etária? Qual sua variação? Qual a faixa etária predominante?	Distribuição da população segundo faixa etária	Quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população segundo recorte etário selecionado sobre o total da população. Deve contribuir para as políticas que consideram o recorte etário, e o sistema de proteção, em especial a crianças, adolescentes, jovens, idosos, população em idade escolar, População Economicamente Ativa (PEA). Exemplo: População residente segundo o recorte etário selecionado em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados. Dependendo do recorte etário selecionado deverá proceder a soma entre eles.	IBGE, SIDRA, Tabela 200.
	Varição da população segundo faixa etária	Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado, sendo expresso em termos %. Tendo em vista que a oferta de algumas políticas públicas tem o recorte etário como quesito, sua importância contribui para dimensionar a oferta destas, a exemplo da educação, saúde, previdência social, e trabalho. Exemplo: População segundo a faixa etária “a” em 2000 (X) e população da mesma faixa etária em 2010 (Y). Cálculo: = $[(X - Y / Y) * 100]$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados da população por faixa etária.
Como a população está distribuída em termos de cor/raça?	Distribuição da população segundo cor/raça	Quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população segundo cor/raça sobre o total da população. Deve focar para as políticas afirmativas, em especial aos pretos, pardos e indígenas. Exemplo: População residente da cor/raça “X” em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE, SIDRA, Tabela 136.
Qual a população com deficiência na Região? Qual a distribuição da população segundo tipo de deficiência?	Distribuição da população segundo Deficiência	Quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população com, pelo menos, uma das deficiências investigadas e por tipo de deficiência sobre o total da população. Olhar especial as limitações impostas às pessoas com deficiência e a questão da inclusão. Exemplo: População residente com algum tipo de deficiência investigada e por tipo de deficiência em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados. Para a população com algum tipo de deficiência investigada e deficiência do tipo mental/intelectual. Para os tipos de deficiência visual, auditiva e motora, o total deve ser calculado pelo (a) pesquisador, uma vez que os dados da fonte aparecem subdivididos em: não consegue de modo algum, grande dificuldade e alguma dificuldade. Observação: Para estudo na série histórica, o (a) pesquisador (a) encontrará dificuldade dado a mudanças no processo de coleta de dados.	IBGE, SIDRA, Tabela 3425.

SAÚDE

Assegurada pela Constituição Federal como direito de todos e dever do Estado, constitui-se, ao lado da Previdência Social e Assistência Social, o tripé da Seguridade Social Brasileira.

Visando um panorama desta temática, este bloco foi organizado nos seguintes tópicos:

1º - Reconhecimento da Rede, Programas e Serviços em Saúde. Dada a importância de se conhecer algumas terminologias utilizadas, passa-se a descrevê-las:

- Os colegiados de gestão regional foram criados a partir do pacto de gestão em 2006 através da portaria nº 399/GM tendo por finalidade a qualificação do processo de regionalização e a busca da garantia e do aprimoramento dos princípios do SUS.

- Programa Agente Comunitário de Saúde: “Oficialmente implantado pelo Ministério da Saúde em 1991, o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 1980 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo). Na época, a iniciativa visava a buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades. Hoje, a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS) é uma das mais estudadas pelas universidades de todo o País. Isso pelo fato de os ACS transitarem por ambos os espaços – governo e comunidade – e intermediarem essa interlocução. O que não é tarefa fácil. O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.”. (Ministério da Saúde).

- Programa Saúde da Família: “A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). A proximidade da equipe de saúde com o usuário permite que se conheça a pessoa, a família e a vizinhança. Isso garante uma maior adesão do usuário aos tratamentos e às intervenções propostas pela equipe de saúde. O resultado é mais problemas de saúde resolvidos na Atenção Básica, sem a necessidade de intervenção de média e alta complexidade em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) ou hospital. A Equipe de Saúde da Família está ligada à Unidade Básica de Saúde (UBS) local. Esse nível de atenção resolve 80% dos problemas de saúde da população. Entretanto, se a pessoa precisar de um cuidado mais avançado, a ESF faz este encaminhamento.”. (Ministério da Saúde).

– Vigilância Sanitária: apregoada pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme o artigo 6º, parágrafo 1º, diz o seguinte: Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

– Vigilância epidemiológica: constitui-se importante instrumento para o planejamento, organização e operacionalização dos serviços de saúde, bem como a normatização das atividades técnicas correlatas. Tem como funções a coleta e o processamento de dados, análise e interpretação dos dados processados, recomendação das medidas de controle apropriadas, promoção das ações de controle indicadas, avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas e a divulgação de informações pertinentes (Ministério da Saúde)

2º - Indicadores de Saúde selecionados. Dado ao grande número de indicadores desta temática segue a sugestão de alguns deles: Taxa de Natalidade; Taxa de Mortalidade Infantil; Esperança de Vida ao Nascer; Óbitos pela causa; Morbidade hospitalar segundo a causa.

3º - Coeficiente técnico de recursos, o qual, segundo Jannuzzi (2009, p. 79) trata-se “[...] de alocação de recursos financeiros, recursos humanos (médicos, enfermeiros, dentistas), ou de equipamentos físicos (leitos hospitalares, postos de saúde) por total de pessoas parcialmente usuárias são indicadores de provimento de recursos e serviços para atendimento à saúde (indicadores insumo). Esses indicadores revelam o esforço despendido nos programas voltados à saúde pública, não o resultado efetivo dos mesmos.”. Nesta direção, sugere-se o uso dos seguintes indicadores: Percentual do Orçamento Investido com Saúde; Gasto público per capita com Saúde; Enfermeiros por mil habitantes; Médicos por mil habitantes; Leitos Hospitalares por mil habitantes.

Informações sugeridas:	
Rede e Serviços	Órgão gestor de saúde e perfil do(a) gestor(a)
	Conselho, Fundo e Conferência Municipal de Saúde
	Colegiado de Gestão Regional, Plano Municipal e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa de Saúde da Família
	Serviço regular de vacinação, outros programas ou ações e Planejamento Familiar ou Reprodutivo
	Serviços de Saúde
	Busca Ativa e Serviço de Vigilância em Saúde realizada pela Gestão Municipal
	Unidades de saúde existente no município
	Rede de Atendimento/Equipamentos (rede Pública e Privada) de Saúde
	Leitos de Internação segundo a especialidade e total
	Número de profissionais de nível superior vinculado por tipo de categoria
Indicadores Seleccionados	Taxa de Natalidade
	Taxa de Mortalidade Infantil
	Esperança de Vida ao Nascer
	Número de Internações hospitalar segundo Capítulo CID -10, por local do domicílio
	Óbitos segundo Capítulos do CID-10
Coeficiente Técnico de Recursos	Percentual do Orçamento Investido com Saúde - %
	Gasto público per capita com Saúde -R\$
	Enfermeiros por mil habitantes - %
	Médicos por mil habitantes - %
	Leitos Hospitalares por mil habitantes - %

SAÚDE			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Saúde está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, profissionais, serviços e programas existentes?	Rede, Serviços, Programas e Ações em Saúde	O Conhecimento da rede em Saúde permite verificar a disponibilidade das demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: Órgão Gestor; Plano, Conselho, Conferência e Fundo Municipal; Colegiado de Gestão Regional, Plano Municipal e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Programa de Saúde da Família; Serviço regular de vacinação, outros Programas ou ações e Planejamento Familiar ou Reprodutivo; Serviços de Saúde; Busca Ativa e Serviço de Vigilância em Saúde realizada pela Gestão Municipal; Equipamentos/Unidades de Saúde existente no município (Pública e Privada); Leitos de Internação segundo a especialidade e total; Número de profissionais de nível superiores vinculadas por tipo de categoria. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2018).
Quais as Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Esperança de Vida?	Taxa de Natalidade	Razão entre o total de nascimentos ocorridos ao longo de um ano pela população total/estimada no período e expressa em termos de mil habitantes. Contribui para avaliação do crescimento populacional e ainda para planejamento em saúde. Exemplo: Nascidos vivos 2018 (X) e população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: = (X / Y) * 1000.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do número de nascidos vivos no ano (IBGE, Tabela 2612) e na população total.
	Taxa de Mortalidade Infantil	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas. Contribui para avaliação do crescimento populacional e às condições de saúde, uma vez que pode ser considerado como resultado de uma série de fatores, tais como: nível de imunização, disponibilidade de serviços de saúde, renda, alimentos, água limpa, saneamento básico, entre outros fatores. Exemplo: Taxa de mortalidade infantil em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.
	Esperança de Vida ao Nascer	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, isso se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão da mortalidade por idade prevalente no ano do Censo. Contribui para avaliação das condições de saúde da população e implica em ações voltadas, em especial às pessoas idosas. Exemplo: Esperança de vida ao nascer em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

SAÚDE			
SAÚDE			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Quais as principais morbidades e causas de morte. (Do que as pessoas estão adoecendo e vindo a óbito)?	Morbidade hospitalar segundo a causa	Número de internações hospitalares segundo os capítulos de CID 10. Identificar do que as pessoas estão adoecendo. Exemplo: Número de internações em decorrência de neoplasias em 2018 e o total de internações ocorridas no mesmo ano. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	DATASUS, Tabnet.
	Óbitos pela causa	Número de óbitos ocorridos no ano de referência, segundo os capítulos do CID-10. Identificar as principais causas pelo qual as pessoas estão vindo a óbito. A determinante pode estar ligada a diversos fatores, entre elas o meio ambiente. Exemplo: Número de óbito em decorrência de doenças do aparelho circulatório em 2018. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	DATASUS, Tabnet.
Quais os investimentos em Saúde?	Percentual do Orçamento Investido com Saúde - %	Razão entre as despesas havidas com Saúde no ano de referência pelo total das receitas do município no mesmo ano, expresso em termos percentuais. Identificar o percentual que os municípios vêm investindo em Saúde. Exemplo: Total das despesas com saúde em 2018 (X), total da receita do mesmo ano (Y). Cálculo: $= X / Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado.
	Gasto público <i>per capita</i> com Saúde - R\$	Razão entre o gasto havido com Saúde no ano de referência pelo total de habitantes no mesmo ano, e é expresso em reais (R\$). Identificar o quanto o município vem investindo em saúde por cada munícipe. Exemplo: Total da despesa com saúde em 2018 (X) e a população para o mesmo ano (Y). Cálculo: $= X / Y$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado e IBGE.

SAÚDE			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como estão distribuídos os números de enfermeiros, médicos e leitos hospitalares para cada mil habitantes nas unidades territoriais estudadas?	Enfermeiros por mil habitantes - %	Razão entre o total de enfermeiros de uma dada localidade no ano de referência e a população do mesmo ano, expresso em termos de mil habitantes. Identificar o percentual que existem em número de enfermeiros em cada mil habitantes. Exemplo: Total de enfermeiros em 2018 (X) e a população no mesmo ano (Y). Cálculo: = $X / Y * 1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do DATASUS e IBGE.
	Médicos por mil habitantes - %	Razão entre o total de médicos de uma dada localidade no ano de referência e a população do mesmo ano, expresso em termos de mil habitantes. Exemplo: Total de médicos em 2018 (X) e a população no mesmo ano (Y). Cálculo: = $X/Y*1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do DATASUS e IBGE.
	Leitos Hospitalares por mil habitantes - %	Razão entre o total de leitos de internação de uma dada localidade no ano de referência e a população do mesmo ano, expresso em termos de mil habitantes. Identificar o percentual de leitos existentes para cada 1000 habitantes. Exemplo: Total de leitos de internação em 2018 (X) e a população no mesmo ano (Y). Cálculo: = $X/Y*1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do DATASUS e IBGE.

EDUCAÇÃO e CULTURA

Este bloco aborda a Educação e a Cultura.

Educação

Assim como a Saúde, a Educação enquanto política pública é assegurada pela Constituição Federal como um direito de todos e dever do Estado.

As informações sugeridas estão organizadas em três tópicos:

1º - Rede, Serviços, Planos, Programas, Medidas Ações e Projetos.

2º - Indicadores relevantes. Assim como na saúde, há uma variedade significativa de indicadores na educação, assim, os indicadores que seguem como sugestão foram os que se apresentaram mais relevantes com o fim de se ter um panorama da região estudada. Por ora, cabe destacar o público-alvo normativo da Educação e IDEB.

Público-alvo normativo da educação:

0 a 3 anos – Creche;

4 e 5 anos – Pré-Escola;

6 a 10 anos – Ensino Fundamental, Anos Iniciais;

11 a 14 anos – Ensino Fundamental, Anos Finais;

15 a 17 anos – Ensino Médio; e,

18 a 24 anos – Ensino Superior.

Quanto ao IDEB, segundo o MEC “[...] é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos”.

3º - Coeficiente Técnico de Recursos: Segundo Jannuzzi (2009, p. 85-86) “Entre os indicadores relacionados a disponibilidades de recursos para a caracterização da oferta de serviços e para implementação de políticas na área educacional estão a razão professores por mil habitantes e a razão alunos por professores.” No entanto, as sugestões que seguem, incluem ainda: Percentual do Orçamento Investido com Educação e o Gasto público per capita com Educação.

Cultura

São poucos os indicadores na área, assim, segue-se a sugestão dos identificados, estando divididos em dois tópicos:

1º - Rede: visando o reconhecimento da rede de serviços de Cultura,

2º - Coeficiente Técnico de Recursos: Orçamento; % da receita gasto com Cultura; e Gasto público per capita com Cultura.

Informações sugeridas:	
EDUCAÇÃO	
Rede e Serviços	Órgão Gestor da Educação e dados do (a) Gestor (a)
	Conselhos municipais da área de educação
	Medidas, Ações e Projetos
	Plano Municipal de Educação e Fórum Permanente de Educação
	Plano de Carreira para o Magistério, piso salarial em lei municipal e plano de carreira para profissionais da educação não docentes
	Diretores das escolas da rede municipal de ensino.
	Levantamento de demanda da população em idade escolar
	Rede de Atendimento
	Relação das Escolas Técnicas Profissionalizantes
Indicadores Selecionados	População em Idade Escolar
	População em Idade Escolar com Deficiência
	Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)
	Expectativa de Anos de Estudo
	Percentual da população com 18 anos ou mais completo com o Ensino Fundamental e Médio completo
	Taxa de Atendimento: Percentual por faixa etária na escola
	Número de alunos reprovados por nível/fase de ensino
	Número de evasão por nível/fase de ensino
	Número de alunos com distorção idade/série por nível/fase de ensino
	Índice de Desenvolvimento Educação Básica (IDEB)
Coeficiente Técnico de Recursos	Percentual do orçamento investido com Educação
	Gasto público <i>per capita</i> com Educação
	Professores por mil habitantes
	Razão aluno por professor

CULTURA	
Rede e Serviços	Órgão Gestor da Cultura e dados do (a) Gestor (a)
	Plano e Conferência Municipal de Cultura
	Conselho e Fundo Municipal de Cultura
	Patrimônio Cultural
	Apoio Financeiro, Reforma ou Modernização
	Meios de Comunicação existente nos municípios
	Equipamentos
Coeficiente Técnico de Recursos	% da receita gasto com Cultura
	Gasto público per capita com cultura

EDUCAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Educação está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, profissionais, serviços, ações, programas e projetos existentes?	Rede, Serviços, Planos, Programas, Medidas, Ações e Projeto	O Conhecimento da rede de serviços em Educação permite verificar a disponibilidade desses frente às demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplos: Órgão Gestor, Conselhos Municipais da área de Educação; Plano Municipal de Educação e Fórum permanente de Educação; Plano de carreira para o Magistério, piso salarial em lei municipal e plano de carreira para profissionais da educação não docente; Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino; Rede de Atendimento e Relação das Escolas Técnicas Profissionalizantes; Medidas, Ações e Projetos; e Levantamento de demanda da população em idade escolar, os quais buscam desenhar um panorama na Região. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2018).
Qual a população em idade escolar tendo por referência o público-alvo normativo da Educação? Qual o recorte etário predominante?	População em Idade Escolar	Trata-se do quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população entendida como público-alvo normativo da educação, ou seja, a população em idade escolar. Reconhecer o público-alvo normativo da educação, e ainda subsidiar o cálculo de outros indicadores na área, como a cobertura do atendimento. Exemplo: População em idade escolar em 2010. No entanto, para projeções em anos intercensitários, recorre-se ao percentual obtido no último Censo sob a população estimada no ano em que se quer estudar. Cálculo: Utilização direta da base de dados. Dependendo do recorte que se deseja selecionar haverá a necessidade de somar as idades pretendidas.	IBGE – SIDRA – Tabela 200.
Da população em idade escolar, quantas são pessoas com deficiência? Qual o tipo de deficiência é predominante neste segmento?	População em Idade Escolar com Deficiência	Quantitativo (absoluto e/ou percentual) da população entendida como público-alvo normativo da educação, ou seja, a população em idade escolar com deficiência. O reconhecimento das pessoas com deficiência com idade escolar, tem importância direta no reconhecimento das condições efetivas com vistas à inclusão. Exemplo: População em idade escolar com deficiência em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	IBGE – SIDRA – Tabela 3425.
Qual a Taxa de Analfabetismo da Região e Municípios?	Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)	Percentual da população com idade igual ou superior a 15 anos que não sabe ler e escrever sobre o total da população com o mesmo recorte etário. Identificar a população segundo o recorte etário que não sabe ler e escrever, indicando possíveis ações visando sua alfabetização. Exemplo: Taxa de analfabetismo em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

EDUCAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual o número médio de anos ou anos de estudo da população com 18 anos ou mais de idade na Região?	Expectativa de Anos de Estudo	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar. Reconhecer o número médio de anos de estudo. Exemplo: Expectativa de Anos de estudo em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.
Considerando a população com 18 anos ou mais de idade, quais os percentuais dos que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio?	Percentual da população com 18 anos ou mais completo com o Ensino Fundamental e Médio completo	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino fundamental em qualquer de suas modalidades, e o total de pessoas nesta faixa etária. Analisar em conjunto com outros indicadores o desempenho do sistema escolar, e possíveis demandas visando ampliar os padrões de educação de uma localidade. Exemplo: Percentual da população com 18 anos ou mais completos com o Ensino Médio completo em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.
Os municípios estão conseguindo atender a população com idade escolar? Qual faixa etária apresenta maior dificuldade para a cobertura escolar?	Taxa de Atendimento: Percentual por faixa etária na escola	Razão entre a população na faixa etária X que estava frequentando a escola, em qualquer nível/fase, e a população total nesta faixa etária. Contribui para a identificação da população, segundo faixa etária, que vem acessando a Educação, logo, é possível identificar o percentual por faixa etária, que no momento do Censo, não estavam sendo atendidos. Exemplo: Percentual da população com 15 a 17 anos na Escola em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

EDUCAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Em quais níveis e fases apresentam as maiores dificuldades em assegurar o sucesso da vida escolar?	Número de alunos reprovados por nível/fase de ensino	Número de alunos que reprovaram em determinado nível/fase do ensino. Identificar o nível e/ou fase com maior número de reprovação com vistas a ações pontuais, assim como pode demandar estudos mais aprofundados com vistas a compreender as razões de tal comportamento. Exemplo: Número de alunos reprovados no 9º ano do Ensino Fundamental em uma dada localidade em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	INEPDATA.
	Número de evasão por nível/fase de ensino	Número de evasões ocorridas em determinado nível/fase de ensino. Tem as mesmas aplicações que o número de reprovados. Exemplo: Taxa de evasão no 2º ano do Ensino Médio em uma dada localidade em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	INEPDATA
	Número de alunos com distorção idade/série por nível/fase de ensino	Número de alunos da faixa etária X frequentando o nível de ensino Y com atraso idade-fase de 2 anos ou mais. Tem as mesmas aplicações que o número de reprovados. Exemplo: Taxa de distorção idade/série 2º ano do Ensino Médio em uma dada localidade em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	INEPDATA.

EDUCAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como tem sido o desempenho dos municípios no desenvolvimento da Educação Básica?	Índice de Desenvolvimento Educação Básica (IDEB)	Considerando o entendimento deste Índice (acima exposto), busca-se o reconhecimento do seu comportamento por município, que podem contribuir com proposições visando seu melhor desempenho. Exemplo: IDEB do Ensino Médio em uma dada localidade em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	INEPDATA.
Como tem sido o investimento dos municípios em relação à Educação?	Percentual do orçamento investido com Educação	Razão entre as despesas municipais com Educação em um ano de referência pela receita total no mesmo ano, expresso em termos percentuais. Contribui para identificar o quanto os municípios têm dispensado com atenção na área. Exemplo: Despesa com Educação em 2018 (X) e a receita do município no mesmo ano (Y). Cálculo: $=X / Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado
	Gasto público <i>per capita</i> com Educação	Razão entre o gasto do município com educação no ano de referência pelo total da população no mesmo ano, sendo expresso em reais (R\$). Contribui para avaliar o quanto, em média, uma dada localidade investe na Educação por habitantes. Exemplo: Gasto municipal com Educação em 2018 (X), população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: $=X / Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado e IBGE.
Qual a disponibilização dos municípios em relação ao número de professores?	Professores por mil habitantes	Razão entre o número de professores em uma dada localidade no ano pelo total da população no mesmo ano. Analisar o quantitativo de professores para cada mil habitantes. Exemplo: Número de professores em 2018 (X), população estimada em 2018 (Y). Cálculo: $=X / Y * 1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do INEP e IBGE.
	Razão aluno por professor	Razão entre o número de alunos em uma dada localidade no ano pelo total de alunos no mesmo ano. Analisar o quantitativo de professor para cada mil alunos. Exemplo: Número de professores em 2018 (X), população estimada em 2018 (Y). Cálculo: $=X / Y * 1000$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do INEP.

CULTURA			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Cultura está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, serviços e programas existentes?	Rede de Cultura	O Conhecimento da rede de serviços em Cultura permite verificar a disponibilidade desses frente às demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: Órgão gestor, Plano e Conferência Municipal de Cultura; Conselho e Fundo Municipal de Cultura; Patrimônio Cultural; Apoio financeiro, reforma e modernização; e Meios de comunicação existente nos municípios. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2018).
Como tem sido o investimento dos municípios em relação à Cultura?	% da receita gasto com Cultura	Razão entre as despesas municipais com Cultura em um ano de referência pela receita total no mesmo ano, expresso em termos percentuais. Contribui para identificar o quanto os municípios têm dispensado com atenção na área. Exemplo: Despesa com Cultura em 2018 (X) e a receita do município no mesmo ano (Y) Cálculo: $X / Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado
	Gasto público per capita com cultura	Razão entre o gasto do município com Cultura no ano de referência pelo total da população no mesmo ano, sendo expresso em reais (R\$). Contribui para avaliar o quanto, em média, uma dada localidade investe na Cultura por habitantes. Exemplo: Gasto municipal com Educação em 2018 (X), população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: $= X / Y$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado e IBGE.

HABITAÇÃO

Temática bastante complexa, sobretudo após a promulgação dos Direitos das Cidades e seus desdobramentos. (Estatuto das Cidades-Lei Federal nº 10.257/2001). Também consta de uma variedade significativa de indicadores, sendo selecionados aqui os mais relevantes para os fins pretendidos.

Como nos demais blocos, estão divididos em três tópicos:

1º - Rede, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área.

2º - Indicadores relevantes, dos quais se destaca o uso de algumas terminologias:

- **Quanto a espécie, o domicílio:** É o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Quanto à espécie, classificou-se o domicílio como: **Domicílio particular:** Domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica. Os quais podem ser: **Domicílio particular permanente ou Domicílio coletivo:**

- **Quanto ao tipo,** classificam-se os DPP como: Casa, Casa de vila ou em condomínio; Apartamento.

- **Quanto à condição de ocupação,** classificou-se o domicílio particular permanente como: Próprio já quitado; Próprio em aquisição; Alugado; Cedido por empregador; Cedido de outra forma; Outra condição.

- **Quanto à forma de abastecimento de água** do domicílio particular permanente foi classificada como: Rede geral de distribuição; Poço ou nascente na propriedade; Água de chuva armazenada em cisterna; Outra.

- **Quanto à existência de banheiro/sanitário e a forma de esgotamento sanitário,** considerou-se como banheiro o cômodo que dispunha de chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário (ou privada) e de uso exclusivo dos moradores, inclusive os localizados no terreno ou na propriedade. Investigou-se a existência de sanitário, de uso exclusivo ou não dos moradores, no domicílio particular permanente ou no terreno, ou na propriedade em que se localizava. Considerou-se a existência de banheiro de uso comum a mais de um domicílio com a de sanitário. Sanitário o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispunha de vaso sanitário ou buraco para dejeções. Tipo de esgotamento sanitário: O tipo de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como: Rede geral de esgoto ou pluvial; Fossa séptica; Fossa rudimentar; Rio, lago ou mar; Outro.

- **Quanto ao destino do lixo** proveniente do domicílio particular permanente é classificado como: Coletado (diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza); Queimado; Jogado em terreno baldio ou logradouro; Outro destino.

3º - Coeficiente Técnico de Recursos: % do orçamento gasto com Habitação e Gasto Público *per capita*.

HABITAÇÃO	
Informações sugeridas:	
Rede e Serviços	Órgão Gestão de Habitação
	Conselho e Fundo Municipal de Habitação
	Plano e Conferência Municipal de Habitação
	Cadastro de Famílias Interessadas em Programas Habitacionais
	Existência de favelas, cortiços e loteamentos irregulares no município
	Programas ou Ações na área da Habitação
Indicadores Seleccionados	Distribuição dos domicílios segundo a espécie
	Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes (DPP) segundo Tipo
	Distribuição dos DPP por condição de ocupação
	DPP com acesso à Água
	DDP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário por tipo de esgotamento sanitário
	DPP segundo a Coleta de Lixo
	DPP segundo a existência de Energia Elétrica
5.3 Coeficiente Técnico de Recursos	Percentual do Orçamento Investido com Habitação
	Gasto público per capita com Habitação

HABITAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Habitação está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, serviços e programas existentes?	Rede	O Conhecimento da rede de serviços em Habitação permite verificar a disponibilidade desses frente às demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: Órgão Gestor; Plano, Conselho, Conferência e Fundo Municipal; Cadastro de Família interessadas em Programas Sociais; e, existência de Favelas, Cortiços e Loteamento irregulares, Programas e ações na área. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	- IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017). - Prefeituras.
Como se distribui os domicílios segundo a espécie, tipo e condição de ocupação?	Distribuição dos domicílios segundo a espécie	Domicílio segundo a espécie pode-se referir sobre os Domicílios Coletivos ou Domicílio Particular Permanente (DPP), sendo este último a base utilizada para os indicadores a seguir. Nesta direção, busca-se reconhecer o número (absoluto e/ou percentual) de domicílios segundo a sua espécie, sendo que o percentual é obtido pela razão entre o número de domicílios da espécie X pelo total de domicílios, no mesmo ano de referência. Exemplo: Número de domicílios particular permanente (DPP) em Brusque em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados. Caso se queira calcular o percentual, divide-se o número de DPP pelo total de domicílio no município e o resultado é dividido por 100.	IBGE Dados desagregados por setor censitário.
	Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes (DPP) segundo Tipo	Quanto ao Tipo, os DPP são classificados em: casa, casa de vila ou condomínio e apartamentos. Assim, busca-se o percentual de um tipo de domicílio sobre o total de DPP existentes em uma dada localidade e ano de referência. Exemplos: % de DPP do tipo casa em Brusque em 2010. Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP do tipo casa e Y o total de DPP.	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.
	Distribuição dos DPP por condição de ocupação	Considerando a definição (acima) dos DPP por condição de ocupação os quais podem ser próprio, alugado, cedido ou outra forma, este indicador tem importância para reconhecer as demandas habitacionais. Exemplos: % de DPP próprio em Brusque em 2010. Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP próprio (soma dos DPP quitados e em aquisição) e Y o total de DPP.	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.

HABITAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Quanto dos domicílios particulares permanentes encontra-se com infraestrutura regular e irregular?	DPP com acesso à Água	<p>Quanto a forma de abastecimento de água, esta pode ser por meio da rede geral de distribuição, poço ou nascente, água armazenada em cisterna ou outra forma. O IBGE considera os DPP que não tem a rede geral como forma de abastecimento de água como sendo irregular.</p> <p>Assim, além de contribuir com leituras em termos de infraestrutura, tem as condições de saúde, quando não se tem água tratada em um domicílio.</p> <p>Exemplos: % de DPP com acesso a água ligado à rede geral de distribuição em Brusque em 2010.</p> <p>Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP com acesso a água ligada à rede geral de distribuição e Y o total de DPP.</p>	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.
	DDP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário por tipo de esgotamento sanitário	<p>Um domicílio pode contar ou não com banheiro ou sanitário, e dos que contam, podem ter formas de esgotamento sanitário, ligados à rede geral de esgoto ou pluvial; fossa séptica ou rudimentar, e outras formas. Sendo considerados irregulares os domicílios sem banheiro/sanitário ou com esgotamento sanitário que não ligado à rede ou fossa séptica.</p> <p>Exemplos: Número de DPP com escoamento sanitário ligado à rede geral em Brusque em 2010.</p> <p>Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP com escoamento sanitário ligado à rede geral e Y o total de DPP.</p>	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.
	DPP segundo a Coleta de Lixo	<p>A coleta de lixo pode se dar por meio dos serviços de limpeza (diretamente ou coletado em caçamba), queimado, enterrado, jogado ou outra forma. Para o IBGE, o lixo queimado, enterrado, jogado ou outro destino, constitui domicílio irregular. Assim a importância deste indicador recai nas condições de saúde e infraestrutura.</p> <p>Há de se destacar a importância deste indicador para a saúde, infraestrutura e meio ambiente, assim, torna-se relevante conhecer se o município oferta coleta seletiva de lixo com sua respectiva abrangência, e em especial, o destino final do lixo e se existe aterro sanitário.</p> <p>Exemplos: Número de DPP com coleta de lixo em Brusque em 2010.</p> <p>Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP com coleta de lixo (soma do DPP com coleta de lixo pelo serviço de limpeza mais caçamba) e Y o total de DPP.</p>	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.
	DPP segundo a existência de Energia Elétrica	<p>Um domicílio pode ou não contar com o fornecimento de Energia Elétrica. Nessa direção, deve-se buscar identificar os DPP com acesso à Energia Elétrica, e desses, quantos são da companhia distribuidora ou de outras fontes.</p> <p>Exemplos: Número de DPP com Energia Elétrica em Brusque em 2010.</p> <p>Cálculo: = $X / Y * 100$, onde X é o número de DPP com Energia Elétrica (soma do DPP com Energia Elétrica oriunda da companhia distribuidora e outras fontes) e Y o total de DPP.</p>	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do IBGE.

HABITAÇÃO			
HABITAÇÃO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como tem sido o investimento dos municípios em relação à Habitação?	Percentual do Orçamento Investido com Habitação	Razão entre as despesas municipais com Habitação em um ano de referência pela receita total no mesmo ano, expresso em termos percentuais. Contribui para identificar o quanto os municípios têm dispensado com atenção na área. Exemplo: Despesa com Cultura em 2018 (X) e a receita do município no mesmo ano (Y). Cálculo: = $X / Y * 100$.	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado.
	Gasto público per capita com Habitação	Razão entre o gasto do município com Habitação no ano de referência pelo total da população no mesmo ano, sendo expresso em reais (R\$). Contribui para avaliar o quanto, em média, uma dada localidade investe na Habitação por habitantes. Exemplo: Gasto municipal com Educação em 2018 (X), população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: = X / Y .	Deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a), com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado e IBGE.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Este Bloco está organizado em três tópicos: Desenvolvimento social e Renda, Assistência Social, e Segurança Alimentar e Nutricional, os quais se articulam entre si. Nesta direção, passa-se a apresentar de forma sucinta os tópicos e algumas das terminologias.

1º - Desenvolvimento Social e Renda: (IDH-M, Índice Gini, Renda per capita, Rendimento médio do trabalho, CadÚnico, e o Programa Bolsa Família)

- **IDH** - Segundo Jannuzzi (2009, p. 120-121), o IDH “[...] é construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das três dimensões básicas citadas do Desenvolvimento Humano [Renda, Longevidade e educação] e para as quais se dispõe de informações com maior regularidade nos diversos países: um indicador composto de nível educacional (computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolarização); a esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à morbi-mortalidade; e o Produto Interno Bruto per capita ajustado segundo uma técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material de cada país. [...] é calculado como a média das medidas transformadas, e, portanto, também tem seus valores no intervalo de 0 a 1. Com base neste índice os países são então classificados com baixo (IDH acima de 0,5), médio (IDH entre 0,5 e 0,8) ou alto (IDH acima de 0,8) nível de Desenvolvimento Humano.”

- **Renda per capita** - Segundo Jannuzzi (2009, p.94) “[...] é um indicador econômico, já que mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de um país relativamente ao tamanho de sua população.”. Ou nos termos do Atlas do Desenvolvimento Humano, apreendido como a “razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos.”

- **Cadastro Único** - Segundo o portal do MDS, “o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. [...]. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas.”. Dentre os programas e benefícios que o referido Cadastro é obrigatório para o acesso está o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- **Programa Bolsa Família** - Segundo o portal do MDS, “[...] é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** - O Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.”

2º - Assistência Social: (Rede, Serviços, Programas e Benefícios (Benefícios de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais) e Coeficiente Técnico de recursos).

3º - Segurança Alimentar e Nutricional: O Decreto Nº 7.272, DE 25/08/2010²¹, preconiza no “Art. 2º que fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, na forma do art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.”. Por sua vez, o referido Art.3º, Art. 3º diz que “A segurança alimentar e nutricional consiste

21 Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”.	
Informações sugeridas:	
Desenvolvimento social e renda	
Índices	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e Subíndices
	Índice Gini
Renda	Renda <i>Per Capita</i>
	Rendimento médio do trabalho
CadÚnico, PBF e BPC	CadÚnico e Programa Bolsa Família, BPC e ÍGD-M
	Valores acumulados do BPC e do PBF
Assistência Social	
Rede e Serviços	Órgão Gestor e Perfil do Gestor de Assistência Social
	Conselho e Fundo Municipal de Assistência Social
	Capacitação dos recursos humanos da área de Assistência Social
	Apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado, Plano Municipal de Assistência Social e Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal
	Unidades Físicas que existem no Município
	Serviços Socioassistenciais
	Serviços Socioassistenciais ofertados a grupos específicos
	Concessão de Benefícios Eventuais
Coeficiente Técnico de Recursos	Percentual do Orçamento Investido com Assistência Social
	Gasto público per capita com Assistência Social

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
Segurança Alimentar e Nutricional	
Informações Gerais	Caracterização do órgão gestor
	Lei de Segurança Alimentar – Existência
	Conselho Municipal de Segurança Alimentar – Existência
	Câmara ou instância governamental intersetorial de segurança alimentar e nutricional – existência
	Plano de segurança alimentar – existência
	Recursos orçamentários municipais previstos para o financiamento da política – existência
Ações Desenvolvidas	Atividades de educação alimentar e nutricional
	Atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica
	Doação de alimentos
	Manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos
	Manutenção de banco de alimentos
	Manutenção de cozinhas comunitárias
	Manutenção de restaurantes populares
	Manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos
	Atividades de agricultura urbana
	Programa de alimentação escolar
	Programa de hortas escolares
	Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual o IDH dos municípios e da Região? Quais dos subíndices que mais contribuem com a formação do IDH-M?	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	Considerando a definição deste Índice (acima), sendo recorrente seu uso nas mais variadas pesquisas, sugere-se reconhecer o IDH-M dos municípios em estudo e ainda, identificar qual das dimensões mais contribui com a sua formação. Exemplo: IDH-M de Brusque em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Qual o grau da desigualdade existente na Região e nos municípios?	Índice Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor é '0' quando não há desigualdade (a renda domiciliar <i>per capita</i> de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e tende a '1' à medida que a desigualdade aumenta. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Exemplo: Índice Gini de Brusque em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Qual a renda <i>per capita</i> na Região e nos municípios?	Renda Per Capita	Indica a média que as pessoas receberiam, caso a produção interna de uma unidade territorial fosse distribuída de forma igual a seus moradores. Logo, contribui com (re) leituras da realidade estudada, que apresenta maior desempenho se analisado com os demais indicadores deste tópico. Para melhor apreensão desse indicador, torna-se importante dispor do Salário Mínimo à época de sua divulgação, oferecendo assim melhores recursos comparativos. Exemplo: Renda Per Capita de Brusque em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Qual o rendimento médio das pessoas ocupadas na Região e nos municípios?	Rendimento médio do trabalho	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade. Contribui com as análises sobre o desenvolvimento social de um dado recorte territorial. Exemplo: Rendimento médio dos ocupados com 18 anos ou mais de Brusque em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Quantas famílias estão inscritas no Cadastro Único? Quantas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família? Qual o número de benefícios do Benefício de Prestação Continuada?	CadÚnico e Programa Bolsa Família, BPC e IGD-M	Considerando a importância destes instrumentos, programa e benefício, em especial como distribuição de renda, sugere-se o reconhecimento de informações mínimas nesta área, complementando as informações de desenvolvimento social. Exemplos: Quanto ao CadÚnico (identificar o total de famílias cadastradas, a estimativa da população com perfil para o cadastro, cobertura do mesmo), quantidade de família beneficiárias do PBF; quantidades de pessoas beneficiárias do BPC, no total e o BPC para pessoas idosas (BPC/Id) e o BPC para pessoas com deficiência (BPC/PcD); e o IGD-M de cada município, e a média obtida na Região. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	Secretaria Especial de Desenvolvimento Social.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA			
DESENVOLVIMENTO SOCIA E RENDA			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual o montante do PBF e BPC que vem sendo repassado por município?	Valores acumulados do BPC e do PBF	Com vistas a complementar o indicador anterior e ainda reconhecer o quantitativo que o PBF e o BPC passam a circular em determinada unidade territorial, implicando na economia local, e que sem dúvidas, trata-se de um recurso de importância para as famílias que acessam. Exemplo: Identificar o valor acumulado desses programas e benefício em termos de quantidades monetárias. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	Secretaria Especial de Desenvolvimento Social.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RENDA			
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Assistência Social está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, serviços, programas e benefícios existentes?	Rede, Serviços, Programas e Benefícios	O Conhecimento da rede de serviços Desenvolvimento Social, Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional, permite verificar a disponibilidade desses frente às demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: Órgão Gestor, Conselho e Fundo Municipal de Assistência Social; Capacitação dos Recursos Humanos da área de Assistência Social; Apoio Técnico do Órgão Gestor da Assistência Social do Estado, Plano Municipal e Cadastro Único; Serviços Socioassistenciais; Unidades Físicas de Assistência Social; Serviços Socioassistenciais ofertados a grupos específicos; Concessão de Benefícios Eventuais. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um quadro com estas informações.	- IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017). - Prefeituras.
Como tem sido o investimento dos municípios em relação à Assistência Social?	Percentual do Orçamento Investido com Assistência Social	Razão entre as despesas municipais com Assistência Social em um ano de referência pela receita total no mesmo ano, expresso em termos percentuais. Contribui para identificar o quanto os municípios têm dispensado com atenção na área. Exemplo: Despesa com Assistência Social em 2018 (X) e a receita do município no mesmo ano (Y). Cálculo: $= X / Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado.
	Gasto público <i>per capita</i> com Assistência Social	Razão entre o gasto do município com Assistência Social no ano de referência pelo total da população no mesmo ano, sendo expresso em reais (R\$). Contribui para avaliar o quanto, em média, uma dada localidade investe na Assistência Social por habitantes. Exemplo: Gasto municipal com Assistência Social em 2018 (X), população estimada no mesmo ano (Y). Cálculo: $= X / Y$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado e IBGE.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Segurança Alimentar e nutricional está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, serviços, programas e ações existentes?	Informações Gerais sobre a Segurança Alimentar e Nutricional	<p>Considerando a importância desta política, o reconhecimento de sua existência nos municípios torna-se importante, em especial no enfrentamento à fome e desnutrição.</p> <p>Exemplo: Informações por municípios da existência de: órgão gestor, Lei de Segurança alimentar, Conselho Municipal, Câmara ou instância governamental intersetorial de segurança alimentar, Plano, e recursos orçamentários municipais previstos para o funcionamento da política. Assim como se os municípios desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional, sendo elas: Atividades de educação alimentar e nutricional; Atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica; Doação de alimentos; Manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos; Manutenção de banco de alimentos; Manutenção de cozinhas comunitárias; Manutenção de restaurantes populares; Manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos; Atividades de agricultura urbana; Programa de alimentação escolar; Programa de hortas escolares; Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais; Compras públicas da agricultura familiar; Atividades relacionadas ao público do Cadastro Único e/ou Programa Bolsa Família (Cursos de capacitação e/ou educação alimentar e nutricional; Encaminhamento a outras redes de serviços (assistência, saúde, educação); Avaliação nutricional; Disseminação de orientações técnicas e materiais informativos; Atividades relacionadas à gestão do trabalho e renda); Programa cisternas, incluindo água para consumo e produção.</p> <p>Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.</p>	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2018).

ASPECTOS ECONÔMICOS

Neste bloco as sugestões que seguem têm como principal objetivo a identificação dos principais setores e ramos da economia que mais contribuem para a formação da riqueza regional/local. São abordadas questões como o PIB, Valor Adicionado, Valor Adicionado Fiscal, Empresas, Exportações e Importações, e Arranjos Produtivos Locais. Segue abaixo a definição de algumas terminologias afins.

- **PIB** - Segundo consta no portal do IBGE, “O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. [...]. O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados. O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo.”

- **PIB per capita** - Segundo Jannuzzi (2009, p.94), “[...] é um indicador econômico, já que mede o valor total de bens e serviços finais produzidos internamente na economia de um país relativamente ao tamanho de sua população [...]”.

- **Valor Adicionado Fiscal (VAF)** - Segundo consta no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda de SC, “[...] é um indicador econômico-contábil utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos municípios. É apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda, com base nos arquivos de Escrituração Fiscal Digital (EFD) dos contribuintes.”.

- **Arranjos Produtivos Locais (APLs)** - Segundo consta no portal do Ministério da Indústria e Comércio Exterior “Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.”.

ASPECTOS ECONÔMICOS	
Informações sugeridas:	
PIB	Produto Interno Bruto a Preços Correntes
	Variação do PIB
	PIB <i>Per Capita</i>
	Distribuição do Valor Adicionado (VA) por setores de atividades econômicas.
VAF	Distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) segundo os setores e ramos de atividades econômicas
Empresas	Número de empresas
	Distribuição das empresas segundo faixa de pessoa ocupada sob o total de nº de empresas
	Distribuição das empresas segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Exportação e Importação	Número de empresas exportadoras e importadoras
	Montantes das Exportações, Importação e Saldo
	Variação média de crescimento das exportações, importação e do saldo da Balança Comercial
	Principais produtos Importados e Exportados
	Principais países de destino das exportações e de origem das importações
APLs	Arranjo produtivo local e Território de cidadania
	APL em que os municípios da Região estão inseridos

ASPECTOS ECONÔMICOS			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual o PIB dos municípios? Estes apresentam resultados positivos?	Produto Interno Bruto a Preços Correntes	Trata-se de um dos principais indicadores econômicos, utilizados em diversos relatórios, constituindo-se o ponto de partida para o reconhecimento dos aspectos econômicos das unidades territoriais. Exemplo: PIB de Brusque em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados. Para o PIB da Região, obtém-se pela soma do PIB dos municípios.	IBGE, SIDRA, Tabela 5938.
	Variação do PIB	Considerando o PIB em sua série histórica, questiona-se: este apresenta taxas positivas de crescimento? Qual seu comportamento na Região se comparado ao PIB nacional e estadual? Quais as particularidades dos municípios? Exemplo: Variação do PIB em Brusque em 2017 [PIB de Brusque em 2017 (X) e em 2016 (Y)]. Cálculo: = $[(Y - X) / X] * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do PIB.
Como se observa a riqueza gerada no município/Região referente a sua população tendo como referência o PIB <i>per capita</i> ?	PIB <i>Per Capita</i>	Computado pela razão entre o valor do PIB e o número de habitantes no ano de referência, demonstra o quanto cada munícipe receberia se o seu montante fosse dividido em partes iguais. Deve ser analisado em conjunto com os indicadores de desenvolvimento social e renda. Exemplo 1: PIB <i>per capita</i> de Brusque em 2017 [PIB de Brusque em 2017 (X), Estimativa da População em 2017 (Y)]. Cálculo 1: = X / Y .	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) com base nos dados do IBGE SIDRA: (Tabela 5938 para o PIB e Tabela 6569, para Estimativa da População).
Quais são os setores e ramos de atividades econômicas que mais contribuem para a geração da riqueza dos municípios?	Distribuição do Valor Adicionado (VA) por setores de atividades econômicas.	Valor Adicionado refere-se a participação dos grandes setores da economia na formação do PIB. Assim, busca-se identificar: quais são os grandes setores (agropecuária, industrial, setor de serviços) que mais contribuem com a geração de riqueza nos municípios? Quais os percentuais de participação dos principais setores de atividades? Se comparado à Região, ao Estado e Brasil, que particularidades os municípios apresentam? Os dados podem ser em termos absolutos e/ou percentuais. Exemplo: Valor Adicionado da Indústria na formação do PIB de Brusque em 2017. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE SIDRA, Tabela 5938.
	Distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) segundo os setores e ramos de atividades econômicas	Considerando os apontamentos acima sobre o VAF, o referido indicador contribui para identificação dos ramos de atividades que mais contribuem para a geração de riqueza dos municípios. Os dados podem ser em termos absolutos e/ou percentuais. Exemplo: Valor Adicionado Fiscal da Indústria Têxtil de Brusque em 2017. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Secretaria de Planejamento de Estado.

ASPECTOS ECONÔMICOS			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Quantas são as empresas existentes?	Número de empresas	Quantas são as empresas existentes na Região? Qual tem sido seu comportamento em série histórica? São as questões iniciais postas. Exemplo: Número de empresas na Região. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE - Cadastro Central de Empresas, Tabela 6449.
Como se dá a distribuição das empresas segundo seu porte (micro, pequenas e grandes)?	Distribuição das empresas segundo faixa de pessoa ocupada sob o total de nº de empresas	Das empresas existentes na Região, como é distribuída segundo o número de pessoas ocupadas? Qual o porte das empresas que mais contribuem com a geração de trabalho na Região? Exemplo: Número de empresas na Região com 0 a 4 pessoas ocupadas em 2017. [Total de empresas na Região em 2017 (X) e número de empresas com 0 a 4 pessoal ocupado (Y)]. Cálculo: = $Y/X*100$	IBGE- Cadastro Central de Empresas, Tabela 6449.
Quais são os ramos de atividades que se concentram o maior número de empresas?	Distribuição das empresas segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Ao lado do PIB, VA, e VAF, este indicador contribui para a identificação dos principais setores e ramos de atividades econômicas no município. Devendo ser comparada em conjunto com as mesmas subdivisões em relação aos postos de trabalho. Exemplo: Quais os três ramos de atividades econômicas que se concentram o maior número de empresas em Brusque. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE- Cadastro Central de Empresas, Tabela 6449.
Quantas são as empresas exportadoras e importadoras?	Número de empresas exportadoras e importadoras	A primeira aproximação com a temática se dá pelo reconhecimento do número de empresas exportadoras e importadoras na Região. Exemplo: Número de empresas Exportadoras na Região em 2018. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Ministério da Indústria e Comércio Exterior.
Qual o volume de exportação e importação? Qual seu saldo? Qual a variação média entre elas?	Montantes das Exportações, Importação e Saldo	Busca identificar o montante das exportações, importações e saldo em série histórica, sendo expresso em U\$ Mil. Exemplo: Montante das exportações na Região em 2018. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Ministério da Indústria e Comércio Exterior.
	Variação média de crescimento das exportações, importação e do saldo da Balança Comercial	Deve-se identificar o comportamento das exportações, importações e o saldo desses em sua série histórica. Exemplo: Taxa de crescimento das exportações na Região em 2018 com relação a 2017. [X = exportações em 2017; Y exportações em 2018]. Cálculo: = $[(Y-X)/X]*100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a) do Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Quais os principais produtos Exportados e importados?	Principais produtos Importados e Exportados	Buscam-se os principais produtos que a Região Importou e Exportou, o qual pode contribuir com análise sobre os setores e ramos de atividades com maior participação na economia local. Exemplo: Qual o principal produto importado na Região de Brusque em 2018. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Ministério da Indústria e Comércio Exterior.
Quais os principais países de destino das exportações e origem das importações?	Principais países de destino das exportações e de origem das importações	Devem-se identificar os principais países de destino das exportações, assim, como os países de origem das importações por meio de volume monetário. Exemplo: Qual o principal país de origem dos produtos importados na Região de Brusque em 2018. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Ministério da Indústria e Comércio Exterior.
Em quais APLs os municípios da Região estão inseridos?	APLs	Considerando o entendimento sobre APLs, busca-se o reconhecimento destas na Região em estudo. Exemplo: De quais APLs Brusque faz parte. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2015). SEBRAE. Observatório Nacional das APLs.

TRABALHO

Este bloco busca, para além de informações sobre o mundo do trabalho no recorte espacial selecionado, uma aproximação com os setores e ramos de atividades econômicas que mais contribuem com a geração de emprego regional/local. Assim busca identificar a Rede de Serviços, a População Economicamente Ativa (PEA), as taxas de ocupações, condições em que estão inseridos no mercado de trabalho, a distribuição dos ocupados e a existência de empresas segundo os setores/ramos de atividades, entre outros. Portanto, estes dados devem ser analisados em conjunto com os Aspectos Econômicos. Destaca-se ainda que, como apontado pelo Artigo 6º da Constituição Federal, o trabalho é um dos direitos sociais do cidadão, e a construção da política pública afim envolve as três esferas de governo por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SINE). Entende-se que é importante reconhecer a diferenciação entre a População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa, como nos aponta Jannuzzi (2009), dentre os indivíduos da População em Idade Ativa (PIA), ou seja, toda a população com 10 anos ou mais de idade, aqueles que estão efetivamente disponíveis para o exercício de atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego, formam a População Economicamente Ativa (PEA).

Neste Bloco são apresentados dados como: Rede, Serviços e Programas com vistas à política de Trabalho; PEA, Pessoal ocupado; Escolarização do pessoal ocupado; Setores e ramos de atividades em que o pessoal ocupado está inserido, com suas variáveis.

Observação: como algumas das informações sobre o trabalho são relacionadas aos anos Censitários, sugere-se, para os anos não censitários, quando não há dados por faixa etária, valer-se do percentual havido no ano censitário da faixa etária que se pretende pesquisar e calcular sobre a população estimada do ano considerado. Destaca-se ainda que dados mais atualizados sejam disponibilizados pelo CAGED e RAIS, porém não muitos suficientes para algumas aproximações necessárias.

TRABALHO		
Informações sugeridas:		
Rede e Serviços	Rede (SINE, Sindicatos, Agência de Trabalho, ...)	
	Diagnóstico socioeconômico do município	
	Ações, programas ou projetos de:	Inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda
		Inclusão produtiva rural
		Qualificação profissional e intermediação de mão de obra
		Inclusão produtiva urbana
		Crédito, microcrédito e seguro
Geração de trabalho e renda		
Indicadores Selecionados	População Economicamente Ativa (PEA) e % sobre o total da população	
	Pessoal Ocupado total	
	% do PEA Ocupado	
	Taxa de Atividade (18 anos ou mais)	
	Posição na ocupação (18 anos ou mais)	
	Escolaridade dos ocupados (18 anos ou mais)	
	% dos ocupados segundo grandes setores de atividades econômicas (18 anos ou mais)	
	Distribuição das pessoas ocupadas segundo Classificação de Atividades Econômicas (CNAE)	
	OS 20 primeiros ramos de atividades econômicas da Região com maior participação sobre o total do número de empregados (2018)	
	Número de pessoal ocupado com setores e ramos de atividades próximas às ofertas dos cursos do IFC Brusque	

TRABALHO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Política de Trabalho está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as unidades, serviços e programas existentes?	Rede, Ações, Programas ou Projetos	O Conhecimento da rede permite verificar a disponibilidade frente às demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: SINE; Agências de Emprego; Sindicatos; Diagnóstico socioeconômico do município; Ações, programas ou Projetos de Inclusão Produtiva. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2017). Prefeituras.
Qual a PEA e sua participação sobre o total da população?	População Economicamente Ativa (PEA) e % sobre o total da população	Dimensiona em termos absolutos e percentuais a PEA de uma unidade territorial, sobre as quais, incidem as ações voltadas ao mundo do trabalho (formação, qualificação, intermediação). Exemplo: PEA de Brusque em 2017. Cálculo: Para a PEA em termos absolutos, faz-se a utilização direta do banco de dados. Para o percentual deve proceder a cálculo com a seguinte equação $PEA = X * Y / 100$. Onde X é o PEA e Y a população total. Observação. Para períodos intercensitários, deve ser calculado pelo (a) pesquisador (a) com base no % identificado no último ano censitário.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Qual o montante do pessoal ocupado?	Pessoal Ocupado total	Número de pessoas ocupadas, ou seja, inserida no mercado de trabalho no ano de referência. Indicador que complementa as leituras sobre a inserção no mercado de trabalho, contribuindo para dimensionar a demanda havida nesta direção, ou seja, os que estão, em tese, fora do mercado do trabalho. Exemplo: Pessoal ocupado em Brusque em 2017. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE- Cadastro Central de Empresas, Tabela 6449.
Qual o percentual do PEA que se encontra ocupado?	% do PEA Ocupado	Razão entre o pessoal ocupado no ano de referência, pela PEA. No indicador anterior tem-se o reconhecimento da PEA, neste é possível observar o % da PEA que se encontra inserida no mercado de trabalho, indicando, em tese, o contingente de pessoas que se encontra desempregada, ou inserida no mercado informal de trabalho. Exemplo: % da PEA de Brusque em 2010. Cálculo: $= X/Y * 100$.	Deve ser calculada pelo (a) pesquisador (a).

TRABALHO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Qual a Taxa de Atividade? Comparada com o % do PEA Ocupado, quais suas proximidades e distanciamentos?	Taxa de Atividade (18 anos ou mais)	Razão entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nessa faixa etária. Este indicador informa sobre o percentual de pessoas ocupadas, o qual auxilia para o reconhecimento do comportamento do mercado de trabalho, e ainda, indica o % dos que estavam fora do mercado de trabalho, podendo contribuir com ações de intermediação de mão obra. Exemplo: Taxa de Atividade de Brusque em 2017. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Do pessoal ocupado no ano de referência, qual sua posição na condição da ocupação?	Posição na ocupação (18 anos ou mais)	Razão entre o número de trabalhadores (com e sem Carteira de Trabalho assinada, setor público, empregadores ou por conta própria) com 18 anos ou mais de idade e o número de pessoas ocupadas nessa idade. É um dos indicadores que contribuem para o reconhecimento da PEA e as condições de trabalho. Exemplo: % do pessoal ocupado trabalhando com CTPS assinada em Brusque em 2010. Cálculo: Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Qual a escolarização do pessoal ocupado?	Escolaridade dos ocupados (18 anos ou mais)	Percentual dos ocupados com Ensino Fundamental, Médio e/ou Superior completos no ano de referência. Contribui para o reconhecimento do grau de escolaridade havida entre a população ocupada, indicando ações, como da Educação, visando melhorar a escolaridade dos trabalhadores. Exemplo: % dos ocupados com Ensino Superior completo em Brusque em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TRABALHO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Quais são os setores e ramos de atividades econômicas que mais contribuem com a empregabilidade?	% dos ocupados segundo grandes setores de atividades econômicas (18 anos ou mais)	Razão entre o número de pessoas com 18 anos ou mais de idade ocupada no setor X e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, multiplicada por 100. Indicador que contribui com a identificação dos setores da economia que mais contribuem com a formação de postos de trabalhos locais. Caminha ao lado dos dados da Economia (PIB, VA, VAF e Empresas). Exemplo: % do pessoal ocupado na Indústria de Transformação em Brusque em 2010. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
	Distribuição das pessoas ocupadas segundo Classificação de Atividades Econômicas (CNAE)	Ao lado do PIB, VA, e VAF, este indicador contribui para a identificação dos principais setores e ramos de atividades econômicas no município. Devendo ser comparada em conjunto com as mesmas subdivisões em relação aos postos de trabalho. Exemplo: Quais os três ramos de atividades econômicas que se concentram o maior número de postos de trabalho em Brusque? Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	IBGE- Cadastro Central de Empresas, Tabela 6449.

MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCO		
<p>Temática preocupante na atualidade, a exemplo das mudanças climáticas, desmatamentos, ocupações irregulares do solo, entre outros. A Constituição Federal de 1988 disciplinou a proteção ao meio ambiente em diversos dispositivos, demonstrando a necessidade de uma visão abrangente e multidisciplinar da questão ambiental, sendo ainda apreendido como direito de todos e um bem de uso comum, reverberando na qualidade de vida, com competência das três esferas de governo. Assim esse bloco busca uma primeira aproximação com a temática, buscando reconhecer alguns dos recursos disponíveis na Região e meios preventivos e de enfrentamentos às situações de riscos e desastres. Sem dúvidas, diante da complexidade da temática, há muito a ser explorado para além do que aqui sugerido. Por ora, limitou-se ao reconhecimento da Rede, Planos, Programas e ações locais/regionais e Gestão de Risco/resposta de desastre/gerenciamento de risco.</p>		
Informações sugeridas:		
Meio Ambiente	Órgão Gestor do Meio Ambiente	
	Conselho e Fundo municipal de Meio Ambiente	
	Recursos Humanos na área do meio ambiente por vínculo e capacitação	
	Parcerias para a realização ou manutenção de ações na área do meio ambiente	
	Legislação ou instrumento de gestão ambiental existentes na Região (Se sim, informar o ano de criação).	
	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Programas em parceria com o Governo Federal	
	Impacto Ambiental e/ou processo/ação que resultem em impacto ambiental	
Gestão de Risco	Gestão de Risco e Resposta de Desastre:	Seca, Alagamentos e processo erosivo
		Enchente ou inundação gradual
		Enxurrada ou inundação brusca
		Escorregamento ou deslizamento de encosta
	Gerenciamento de Risco e resposta a desastres:	O município possui como instrumento de planejamento
		Decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, o município possui
		Decorrentes de escorregamentos ou deslizamento de encostas, o município possui
		Existe no município (órgãos)

MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCO			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como a Política de Meio Ambiente está organizada em termos de gestão e execução? Quais são as Unidades, Profissionais, Serviços e Programas existentes?	Rede, Plano, Programas e outras ações no Meio Ambiente	O Conhecimento da rede permite verificar sua disponibilidade diante das demandas municipais, assim como os Planos, Serviços, Programas, Projetos e outras ações na área. Exemplo: Órgão Gestor; Conselho e Fundo municipal; Recursos Humanos na área do Meio Ambiente por vínculo e capacitação; Parcerias para a realização ou manutenção de ações na área do meio ambiente; Legislação ou instrumento de gestão ambiental; Plano de gestão integrada de Resíduos Sólidos e Programas em parceria com o Governo Federal; Pagamentos de Serviços Ambientais; Impacto Ambiental e/ou processo/ação que resultem em impacto ambiental. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2015).
Como o município está organizado para a prevenção e enfrentamento de situações de risco e de desastres?	Gestão de risco e resposta de desastre e gerenciamento de risco	Diante de situações de risco e desastres (alagamentos, enchentes, deslizamentos, incêndios e outras) as unidades territoriais precisam se organizar para o seu enfrentamento, assim a importância destes para ações de cunho preventivo ou em situações de calamidade. Exemplo: Gestão de Risco e Resposta de Desastre; Gerenciamento de Risco. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a construção de um Quadro com estas informações.	IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic 2015).

DADOS INTRAINSTITUCIONAIS	
Este bloco objetiva o reconhecimento do <i>Campus</i> com alguns dados gerais, os quais devem ser analisados em consonância com os eixos e cursos ofertados em relação às características regionais. Parte-se do breve histórico do <i>Campus</i> , passando pela estrutura, concorrência por nível de ensino, eixos e cursos, projetos de Pesquisa e Extensão, e por fim, as metas e desafios vigentes.	
Informações sugeridas:	
Diversos	Breve Histórico Institucional
	Estrutura
	Concorrência por nível de ensino.
	Eixos e Cursos
	Demandas
	Pesquisa e Extensão
	Metas e desafios vigentes

DADOS INTRAINSTITUCIONAIS			
Questões orientadoras	Denominação	Descrição	Fonte
Como se deu o processo de implantação do <i>Campus</i> ?	Breve Histórico Institucional	Realizar um breve histórico do <i>Campus</i> . Exemplo: Breve Histórico. Cálculo: Não se aplica. Sugere-se a descrição do breve histórico.	PDI Sitio eletrônico do <i>Campus</i>
Qual a estrutura mínima do <i>Campus</i> ?	Estrutura	Reconhecimento básico do Campus Exemplo: Número de Docentes, Técnicos Administrativos, Salas de Aula, Biblioteca, Laboratórios, entre outros. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Farol IFC PDI
Qual o número de vagas, inscritos e concorrência por nível de ensino?	Concorrência por nível de ensino.	Identificar o número da concorrência por nível de ensino. Exemplo: Número de vagas, inscritos e candidato por vaga por nível. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Farol IFC
Quais os eixos e cursos ofertados no <i>campus</i> ?	Eixos e Cursos	Identificar os eixos e cursos ofertados no campus e a forma de oferta. Exemplo: Eixos, Cursos, forma de oferta, números de vagas e inscritos. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	PDI Portal IFC Nilo Peçanha
Quais são os projetos de Pesquisa e Extensão realizados e em andamento no <i>campus</i> ?	Pesquisa e Extensão	Reconhecer os projetos de Pesquisa e Extensão no <i>campus</i> . Exemplo: Relação dos projetos de Pesquisa e Extensão. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	Portal IFC Sitio Eletrônico do <i>Campus</i>
Quais são os objetivos, metas/indicadores e outros desafios para o <i>campus</i> previsto no PDI vigente?	Metas e desafios	Identificar os objetivos e metas do Campus conforme estabelecidos no PDI. Exemplo: Abertura de novos cursos; evolução na oferta de vagas; eixos de verticalização. Cálculo: Não se aplica. Utilização direta da base de dados.	PDI vigente

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa; CPIHTS, 2000.

CARVALHO, Maria C. B.; GUARÀ, Isa M. F.R. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE PUCSP/CBIA, 1995. (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, n. 4).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: [web.archive.org/web/20170817193241/http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm). Acessado em Julho de 2019.

_____. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/marce/AppData/Local/Temp/Temp1_Documentacao_Agregado_dos_Setores_20180416.zip/Documentação/BASE%20DE%20INFORMAÇÕES%20POR%20SETOR%20CENSITÁRIO%20Censo%202010%20-%20Universo.pdf. Acesso em novembro de 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 4. Ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2009.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.